



DIÁRIO

da Assembleia Nacional

IX LEGISLATURA (2010-2014)

6.^a SESSÃO LEGISLATIVA

SUMÁRIO

	Págs.
Relatório do Tribunal de Contas 2012	161

Relatório de actividades do Tribunal de Contas 2012

Nota de Apresentação

O Tribunal de Contas se apresenta pela décima vez perante a obrigação de prestar contas, como dever dos que administram dinheiros ou outros activos públicos, que enquanto pertença da comunidade deve ser feita com transparência e integridade, por um lado, e na base do princípio da responsabilidade face aos actos praticados durante o exercício, por outro.

A prestação de contas por via do presente relatório, para além do seu enquadramento no desígnio acima expresso, constitui o cumprimento de uma imposição regulamentar prevista nos termos do disposto no artigo 79.º do Regulamento Interno do Tribunal de Contas, publicado no *Diário da República* n.º 15, de 27 de Outubro de 2003, por meio do qual é tornada pública a actividade desenvolvida por este Tribunal e pelos seus Serviços de Apoio, em cada exercício.

De acordo com a referida disposição regulamentar, o relatório é elaborado pelo Presidente e aprovado pela Plenária, após o que é publicado e enviado ao Presidente da República, à Assembleia Nacional, ao Governo, até 31 de maio do ano seguinte àquele a que diga respeito.

Este relatório de actividades foi aprovado pela Plenária do Tribunal de Contas, na sessão de 28 de maio de 2013 e integra quatro capítulos, a saber: Introdução, Actividades Desenvolvidas, Recursos Disponíveis e Conclusões e Perspectivas, juntando-se-lhe, em anexo, a Conta Certificada e o parecer do Auditor Externo.

Publique-se.

O Conselheiro Presidente, *José António de Monte Cristo*.

1. Introdução

A 10 de Junho próximo, o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe completará o 10.º aniversário do início efectivo das suas actividades. O período objecto de análise no presente relatório é, no entanto, o exercício económico de 2012, cujas acções executadas são, em grande medida, resultado de conquistas e desafios enfrentados no decurso dessa primeira década.

No entanto, as sequelas das restrições outrora impostas ao Tribunal de Contas e às suas atribuições, oportunamente referidas nos relatórios anteriores, entre as quais, algumas decorrentes de decisões político-legislativas ainda continuam a afectar a vida da Instituição.

Associa-se a este facto o não entendimento, por parte de algumas personalidades do nosso país, do verdadeiro papel e o posicionamento do Tribunal de Contas no Estado de direito democrático.

O exercício de 2012 ficou globalmente marcado por uma abnegada entrega dos servidores deste Tribunal às diferentes acções e actividades ligadas a vida da Instituição, nomeadamente nos controlos prévio, concomitante e sucessivo, sendo este último reforçado com a aprovação e publicação de um conjunto de instruções aplicáveis ao processo de verificação interna das contas das entidades públicas autónomas.

De igual modo, merece destaque a elaboração e a adopção do primeiro plano estratégico da Instituição, referente ao triénio de 2013-2015, donde constam as principais directrizes definidas para o período, na base da visão, da missão, dos valores e dos objectivos preconizados.

2. Actividades desenvolvidas

2.1 – Enquadramento legal e jurisdição

Decorre da Constituição da República, artigos 68.º e 126.º, que o Tribunal de Contas, enquanto Órgão de Soberania do Estado, e da Lei n.º 3/99, de 20 de Agosto, Lei Orgânica do Tribunal de Contas, é definido como órgão supremo e independente de controlo da legalidade das receitas e despesas públicas e julgamento das contas que a lei mandar submeter-lhe (artigo 1.º n.º 2), que inserido no poder judicial é o único na sua ordem (artigo 1.º n.º 4), estando sujeitas à sua jurisdição e controlo financeiro, nos termos do artigo 2.º da lei orgânica acima referida:

- a) O Estado e todos os seus serviços;
- b) Os serviços autónomos e projectos;
- c) A administração regional e local;
- d) As empresas públicas e as sociedades de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos;
- e) Os tesoureiros ou exactores da Fazenda, responsáveis por contas relativas a material ou equipamentos e quaisquer entidades que giram ou beneficiem de receitas ou financiamentos provenientes de organismos internacionais ou das entidades referidas no número anterior, ou obtidos com a intervenção destes, consubstanciado nomeadamente em subsídios, empréstimos ou avales;

- f) As comissões administrativas e de gestão de dinheiros públicos, seja qual for a sua designação, e, em geral, todos os responsáveis pela gestão de bens e dinheiros públicos.

2.2 – Ações realizadas

Tal como vem acontecendo nos exercícios precedentes, para além das acções decorrentes da sua própria iniciativa, registou-se uma tendência crescente de solicitações de intervenção do Tribunal de Contas, particularmente no domínio das auditorias.

Porém, a escassez de meios materiais e financeiros, já reflectida nos relatórios dos exercícios anteriores, subsistiu ao longo do exercício, não permitindo, por isso, dar cabal vazão nem às acções preconizadas nem tão pouco a todas solicitações.

Apesar disso, o Tribunal de Contas, no âmbito do controlo prévio, debruçou-se sobre um vasto leque de processos de que se destacam os de provimento do pessoal, dentre outros e, no que tange ao controlo sucessivo, realizou algumas missões de auditoria, assim como dedicou-se à apreciação dos relatórios de auditoria provenientes da Inspeção Geral de Finanças (IGF).

Assim, a nível processual global, registou-se um total de 1074 processos, dentre os quais 546 transitados do exercício anterior e 528 entrados no exercício em apreço, tendo o Tribunal reunido, entre plenárias e conferências, em 41 sessões e deliberado sobre 437 processos.

Quadro 1: Universo da actividade processual em 2012

Processos		Fiscalização Prévia	Fiscalização Sucessiva
Transitados de 2011	546	534	12
Entrados em 2012	528	505	23
Totais	1074	1039	35

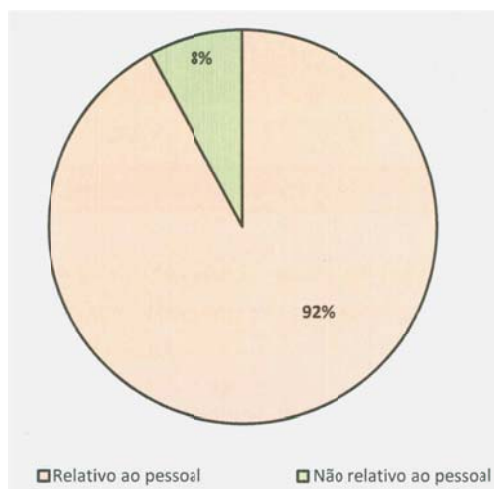
Dos 1074 processos referidos, 1039 são do domínio da fiscalização prévia, enquanto 35 são do domínio da sucessiva, tal como mais adiante se poderá constatar nos quadros de análises por sector.

2.3 – Fiscalização prévia

No âmbito da actividade de fiscalização prévia, registou-se a entrada no exercício de 2012 de 505 processos, tal como ilustram o quadro e o gráfico que se seguem:

Quadro 2: Processos submetidos à fiscalização prévia em 2012

Tipos de Processos	Recebidos em 2012
Processos relativos ao pessoal da Função Pública	
Nomeação	286
Promoção	59
Nomeação em comissão de serviço	78
Fim de comissão de serviço	27
Transferência	06
Licença sem vencimento	02
Contrato de trabalho	09
Contrato de estágio	02
Destacamento	01
Exoneração	05
Subtotal	465
Processos não relativos ao pessoal	
Contractos de bens móveis	18
Contractos de bens imóveis	08
Contractos de arrendamento	04
Contractos de concessão e administrativo de investimento	10
Subtotal	40
Total	505

Gráfico 1: Representação gráfica de tipos de processos submetidos à fiscalização prévia

Da leitura das demonstrações acima, conclui-se que, comparativamente ao exercício anterior, registou-se um acréscimo na ordem de 9 processos, sendo que os relativos à nomeação de pessoal continuam a representar a maior fatia de actos submetidos ao visto.

Da totalidade dos processos mencionados, destaca-se que 56,6% são relativos à nomeação de ingresso, 11,6% relativos à promoção, 15,4% referentes à nomeação em comissão de serviço, 5,3% relacionados com o fim de comissão de serviço, 1,1% relacionado com transferências, 1,7% referente a contractos de trabalho, 3,5% concernentes a contractos de bens móveis, 1,5% concernente aos bens imóveis, 1,9% relativo a contractos de concessão e contractos administrativos de investimento, sendo outras tipologias inferiores a 1%.

Em termos globais, a actividade processual no domínio da fiscalização prévia apresenta resultados abaixo espelhados:

Quadro 3: Actividade processual da fiscalização prévia em 2012

	Universo Processual	Visto	Isento	Recusa	Concluídos	Transitado 2013
Transitados de 2011	534	110	6	14	130	403
Entrados em 2012	505	276	17	8	301	204
Total	1.039	386	23	22	431	607

Face às evidências do quadro acima, resulta apurado que conheceram a sua conclusão 431 processos, representando um aumento na ordem de 5,5% relativamente ao exercício anterior.

No universo dos processos concluídos, foram atribuídos 386 vistos, sendo 366 em processos respeitantes ao movimento de pessoal e 20 em processos de outra natureza.

Ficaram ainda isentos de visto 23 processos, sendo 16 em processos de nomeação em comissão de serviço e 7 concernentes a fim de comissão de serviço.

Por último, foram acordadas 22 recusas de visto em processos relativos ao provimento de pessoal.

2.3.1 – Irregularidades detectadas

Apesar dos esforços empreendidos, muitos processos submetidos à fiscalização prévia continuam a enfermar de insuficiências que têm levado à realização de expedientes adicionais para a sua sanção, razão porque alguns se arrastam por tempo indeterminado, contribuindo em grande medida para a elevada transição de processos para exercícios seguintes.

Refira-se ainda que, no âmbito da análise de processos, foram expedidas pela Repartição de Fiscalização Prévia 156 ofícios, destinados a obterem-se elementos adicionais para esclarecimentos e a correta instrução dos mesmos.

Na sequência das acções realizadas no domínio da fiscalização prévia, várias foram as irregularidades detectadas, destacando-se:

- Violação de procedimentos legais para efeitos de selecção e recrutamento de pessoal, nomeadamente, inadequada publicitação de avisos, incorrecta tipificação e constituição dos júris dos concursos;
- Deficiente instrução de processos, mormente, a não junção nos respectivos autos da lista de classificação final previamente publicitada;
- Não inclusão de documentos comprovativos de transferências de pessoal;
- Insuficiente fundamentação de actos administrativos de nomeação em comissão de serviço;
- Falsas declarações dos serviços e inclusão nos autos de certidões/diplomas falsos;
- Inobservância de procedimentos e formalidades legais para a alienação de bens do Estado;
- Execução de actos e contractos independentemente do visto;
- Permanência de funcionários e agentes em cargos e funções, apesar da recusa do visto;
- Falta de requisitos legais para o provimento de pessoal em cargos dirigentes.

Contudo, importa frisar que, na generalidade, verificou-se um nível satisfatório de acatamento das instruções e de colaboração por parte dos serviços, no que concerne à sanção de irregularidades detectadas.

2.4 – Fiscalização sucessiva

No domínio da fiscalização sucessiva, as acções centraram-se na execução de actividades programadas para o exercício, na instrução dos relatórios remetidos pela IGF, bem como de outros processos, conforme o quadro abaixo:

Quadro 4: Processos apreciados na fiscalização sucessiva em 2012

Tipos de acções	Programadas	Remetidos	Transit. 2011	Executadas	Instruído s	Transit. 2013
Auditoria Financeira	3	-	4	2	3	2
Auditoria temática	1	-	0	1	-	0
Seguimento de recomendações	11	-	-	11	-	0
Contas de Gerência	-	2	4	-	-	6
Relatórios da IGF	-	6	4	-	10	0
Total	15	8	12	14	13	8

No que respeita às acções de auditoria, foram programadas 3 missões de natureza financeira e 1 de natureza temática. Quanto a execução ficou por concluir 1 auditoria de natureza financeira.

Contudo, as actividades no domínio da fiscalização sucessiva tiveram maior pendore para acções de seguimento de recomendações constantes dos relatórios de auditorias anteriores, tanto executadas pelo Tribunal de Contas como pela IGF, num total de 11 acções.

Procedeu-se ainda a instrução de 3 relatórios das 4 auditorias que transitaram do exercício anterior, conforme ilustrado acima.

2.4.1 – Relatórios provenientes de órgãos de controlo interno

Em 2012, registou-se a entrada no Tribunal de Contas, para efeitos de apreciação, 6 relatórios de auditorias realizadas pela IGF às diversas entidades e 2 relatórios e contas de gerência provenientes da Assembleia Nacional e da Autoridade Geral de Regulação, referentes ao período de 2010 e de 2011, respectivamente.

Quadro 5: Relatórios de Auditorias remetidos pela IGF

N/O.	Relatório
1	Relatório de auditoria à Empresa dos Correios, referente ao triénio 2008/2010
2	Relatório de auditoria fiscal à Empresa Nacional de Administração dos Portos (ENAPORT), referente ao triénio 2008/2010 e ao período de Janeiro a Junho de 2011.
3	Relatório de auditoria de desempenho à Direcção dos Impostos, referente ao triénio de 2008/2010.
4	Relatório de auditoria à Câmara Distrital de Mé-Zóchi, referente ao exercício económico de 2010 e ao período de Janeiro a agosto de 2011.

5	Relatório de auditoria à Televisão São-tomense, referente ao triénio de 2008/2010.
6	Relatório de auditoria às contas e a gestão de Agência dos Transportes Colectivos, referente ao triénio de 2008/2010.

Os relatórios de auditoria provenientes da IGF foram convertidos em processos e instruídos, nos termos legalmente previstos, estando neste momento em curso tramitações processuais subsequentes.

2.4.2 – Principais infracções e irregularidades

Das auditorias levadas a cabo pela Repartição de Fiscalização Sucessiva, assim como daquelas realizadas pela IGF, conclui-se que, não obstante, às diversas recomendações deixadas pelas equipas de controlo, algumas entidades persistem na via da aplicação incorrecta das normas e regras que regem a gestão dos recursos públicos, situação tipificada na lei como irregularidade financeira, a saber:

- Não entrega nos prazos legais de receitas devidas aos cofres do Tesouro;
- Não apresentação de contas nos prazos legais ou judicialmente fixados;
- Execução de actos e contractos sujeitos à fiscalização prévia, independentemente do visto;
- Deficiente aplicação do Regulamento de Licitação e Contratações Públicas.

Relativamente às infracções, as situações mais recorrentes foram:

- Pagamentos indevidos, nomeadamente na fixação de salários, subsídios, gratificações e senhas de presença, sem qualquer base legal;
- Alcances.

Face às constatações acima, urge adoptar iniciativas que visem munir a legislação actual de dispositivos que permitam, na plenitude, a efectivação da responsabilidade financeira para pôr cobro a situação, tal como inúmeras vezes reclamadas pelo Tribunal de Contas.

2.5 – Planeamento

Tal como tem sido prática, as actividades levadas a cabo pelo Tribunal de Contas, no período em análise, enquadram-se no seu plano de actividades oportunamente elaborado e aprovado, como forma de direccionar as suas acções, tanto a nível interno como no âmbito de relacionamento com os seus congéneres.

Merece particular destaque, tal como referido acima, a elaboração e adopção do Plano Estratégico de Reforço das Capacidades Institucionais para o período de 2013-2015, com o apoio da Iniciativa de Desenvolvimento da INTOSAI (IDI), em parceria com o CREFIAF.

O meio ambiente no qual opera a Instituição é dinâmico, por isso, em constantes mutações. Daí que o referido Plano Estratégico contém medidas que permitem reagir às ameaças do presente e tirar melhor proveito das oportunidades. Tendo em conta as limitações em recursos financeiros, a sua implementação será feita com base num plano operacional mais detalhado, cuja elaboração também já foi concluída.

2.6 – Relações institucionais

No âmbito do relacionamento institucional, importa referir-se que relativamente ao Órgão de Soberania Presidente da República, não se registaram qualquer alteração no que concerne ao clima de saudável cooperação, devendo congratular-se pelas ideias expressas e posições públicas assumidas por Sua Excelência o Presidente da República no que toca ao posicionamento e papel do Tribunal de Contas na sociedade.

No que concerne à Assembleia Nacional, o cenário actual parece constituir oportunidade ideal para o incremento de uma frutuosa cooperação. Tal como exposto no relatório anterior, urge proceder-se à sanção das insuficiências que constam dos diplomas considerados essenciais ao funcionamento do Tribunal de Contas, pelo que o Tribunal aproveita este palco para reiterar o seu apelo aos integrantes deste importante Órgão para que uma atenção particular seja dada ao assunto.

A elevação do nível de cooperação entre a Assembleia Nacional e o Tribunal de Contas constitui um imperativo do momento, pois decorre da Constituição e das leis que compete ao Tribunal de Contas a emissão do parecer sobre a Conta Geral do Estado, etapa prévia à sua adopção por parte da Assembleia, como mecanismo de excelência para o exercício da fiscalização da acção governativa.

No que se refere ao Governo, as relações persistiram num ambiente de manifesta abertura para o diálogo, situação que permaneceu inalterada mesmo com a entrada em funções, já perto do final do exercício, de um novo executivo. Convém recordar neste capítulo, contudo, que cabe ao Governo, através dos organismos competentes, proceder à elaboração da Conta Geral do Estado, enquanto expressão real da sua posição financeira e patrimonial no final de cada exercício. Não obstante as diligências adoptadas pelo anterior Governo, a que o actual Governo tem dado sequência, os esforços empreendidos para a sua

elaboração ainda não produziram resultados esperados. Porém, o Tribunal de Contas espera para muito breve o ato de recepção da primeira conta, depois de cerca de duas décadas da sua ausência.

No tocante ao Supremo Tribunal de Justiça, o relacionamento institucional manteve-se à altura daquele que se espera de dois tribunais superiores, não obstante a persistência de alguma incompreensão, bem como incoerentes interpretações da leis, feitas por alguns magistrados daquele órgão, relativamente ao estatuto e às competências do Tribunal de Contas, quanto à prevalência das suas decisões sobre as de quaisquer outras entidades, enquanto único órgão com competência em matéria de jurisdição financeira.

Finalmente, no tocante ao relacionamento com o Ministério Público, este manteve-se a bom nível, marcado, tal como referido no relatório anterior, pelos reveses que o processo de responsabilização financeira conheceu, estando em curso diligências conjuntas para ultrapassar a situação. Todavia, face à indicação da nova Representante do Ministério Público junto do Tribunal de Contas, augura-se uma intervenção mais activa e regular, no seu papel, enquanto defensor da legalidade e dos interesses do Estado junto dos Tribunais.

2.7– Cooperação interna

A cooperação com a IGF, enquanto órgão com o estatuto de controlo interno, não conheceu qualquer alteração digna de nota, podendo, por isso, considerar-se de satisfatória. Reconhece-se todavia, a grande necessidade de implementação de acções no âmbito da permuta de experiência, com vista a uniformização de procedimentos e metodologias a aplicar.

2.8 – Cooperação externa

O reforço das capacidades institucionais continua a ser, nos tempos que correm, uma das principais necessidades das Instituições Superiores de Controlo, tendo em vista a prossecução dos seus desígnios, tão nobres, como é o de guardião do bem público, promotor da transparência e da boa governação.

Neste sentido, o Tribunal de Contas de São Tomé e Príncipe se faz guiar pela divisa da INTOSAI, «*Experientia Mutua Omnibus Prodest*», pois, tal como vem reflectido nos anteriores relatórios, prosseguiu com os esforços no sentido de se juntar às instituições congéneres, quer ao nível sub-regional, regional e internacional, para que, por via da partilha de conhecimentos e da troca de experiências, possa elevar o nível de desempenho dos seus quadros e, por conseguinte, realizar o seu objecto, enquanto órgão vocacionado para o controlo externo da gestão dos recursos do Estado.

Ao longo do exercício em apreço, à semelhança do que tem sido prática, levou-se a cabo acções de contacto com instituições congéneres, no âmbito dos seguintes eventos:

N/O.	Eventos Internacionais
1	Ateliê de capacitação destinado aos responsáveis de estruturas encarregue pela formação no seio das ISC membros do CREFIAF, realizado de 16 a 27 de Janeiro, em Bamako, tendo sido representado pela sua Secretária.
2	Ateliê de revisão do relatório de avaliação das necessidades e de formação sobre a planificação estratégica, organizado pela IDI, no período 14 a 23 de Fevereiro, em Marrocos, com uma delegação composta pelo Secretária do Tribunal de Contas, por uma Auditora Superior de 1.ª Classe e por um Contador – Verificador de 1.ª Classe.
3	Visita de trabalho ao Tribunal de Contas de Portugal, no período de 29 maio a 5 de Junho, ocasião em que foi assinado um protocolo de cooperação e de assistência técnica com aquele Tribunal, com uma delegação composta pelo Juiz Conselheiro Presidente, pela Chefe da Repartição de Fiscalização Prévia e pelo Assessor Jurídico e Processual.
4	Ateliê sobre Auditoria de Performance Avançada, realizado em Yaoundé, no período de 04 a 15 de Junho, organizado pelo CREFIAF, onde o Tribunal se fez representar pela Chefe da Repartição de Fiscalização Sucessiva.
5	VI Assembleia – Geral do CREFIAF, realizado em Brazzaville, no período de 18 a 20 de Julho, com uma delegação composta pelo Juiz Conselheiro Presidente e por um Juiz Conselheiro.
6	Ateliê de reforço de capacidades das ISC membros do CREFIAF em matéria de redacção de solicitação de financiamento, organizado pelo CREFIAF, no período de 20 a 21 de Julho em Brazzaville, tendo o Tribunal sido representado por um Juiz Conselheiro.
7	Visita de intercâmbio ao Tribunal de Contas de Angola, no período de 22 a 26 de Julho, por delegação composta pelo Juiz Conselheiro Presidente e por um Juiz Conselheiro.
8	Visita de estudo ao Tribunal de Contas da União, no período de 27 a 30 de agosto, por uma delegação mista do Tribunal de Contas e da Direcção das Finanças, compostos por um Juiz Conselheiro, uma Auditora Superior de 1.ª Classe, dois Contadores-Verificadores e dois técnicos da Direcção referida.
9	VII Assembleia – Geral da OISC/CPLP, realizada na cidade da Praia, no período de 24 a 26 de Outubro, com uma delegação composta pelo Juiz Conselheiro Presidente e pelo Director de Gabinete.
10	Reunião da Equipa Técnica encarregue pelo acompanhamento da execução do Plano Estratégico 2011

a 2016 da OISC/CPLP, realizada em Praia, no dia 24 de Outubro de 2012, Cabo Verde, tendo o Tribunal sido representado pelo Director de Gabinete.

3 – Recursos disponíveis

3.1- Recursos humanos

Tal como relatado no exercício anterior, por limitações orçamentais, não foi possível em 2012 levar cabo o recrutamento de novos técnicos, bem como implementar todas as acções previstas no domínio da capacitação do pessoal.

Refira-se contudo que se realizou um concurso interno geral com vista ao preenchimento de 3 vagas no quadro dos auditores superiores, a que concorreram para além de 5 contadores – verificadores, mais 3 técnicos de outros sectores da Administração Pública. Porém, tal processo de concurso transitou para o exercício de 2013, estando para breve a tomada de posse dos 3 primeiros classificados.

Durante o período o Tribunal de Contas proporcionou oportunidade de estágio a 4 jovens titulares de licenciatura e de formação técnica nas diversas áreas da sua actuação. Entretanto, este número se afigura muito aquém das solicitações provenientes de grande número de quadros recém-formados a procura do primeiro emprego. Tal facto se deve às limitações orçamentais já referidas, não sendo certo que o Tribunal venha a garantir o ingresso desses mesmos jovens.

A situação acima descrita leva a concluir que o quadro do pessoal, em termos gerais, manteve-se inalterado relativamente ao exercício de 2011, pelo que se apresenta de acordo com a estrutura que se segue:

Quadro 6: Pessoal em activo no Tribunal de Contas

Grupo de pessoal	Efectivos	Contratados	Total
Magistrados	3	0	3
Dirigentes	6	0	6
Auditores e Contadores-verificadores	17	3	20
Informáticos	0	2	2
Administrativo e de apoio	6	6	12
Totais	32	11	43

Da leitura do quadro, constata-se que o Tribunal de Contas teve à sua disposição 43 funcionários, sendo 32 pertencentes ao quadro do pessoal efectivo, para além de 11 agentes em situação de contrato.

Para uma melhor compreensão da composição do quadro do pessoal, convém referir que desse número, 3 são magistrados, 6 integram o quadro do pessoal dirigente, 20 pertencem ao de auditores e contadores-verificadores, 2 encontram-se na área de apoio informático e 12 constituem o corpo de pessoal administrativo e de apoio.

Quadro 7: Situação de representação feminina e do nível académico

Grupo de Pessoal	Representação Feminina	Representação Masculina	Total
Com formação superior			
Magistrados	0	3	3
Dirigentes	4	2	6
Auditores e Contadores-verificadores	13	5	18
Informáticos	0	0	0
Administrativo e de Apoio	2	1	3
Subtotal	19	11	30
Sem formação superior			
Magistrados	0	0	0
Dirigentes	0	0	0
Auditores e Contadores-verificadores	0	2	2
Informáticos	0	2	2
Administrativo e de apoio	5	4	9

Subtotal	5	8	13
Totais	24	19	43

Gráfico 2: representação do grupo do pessoal por género

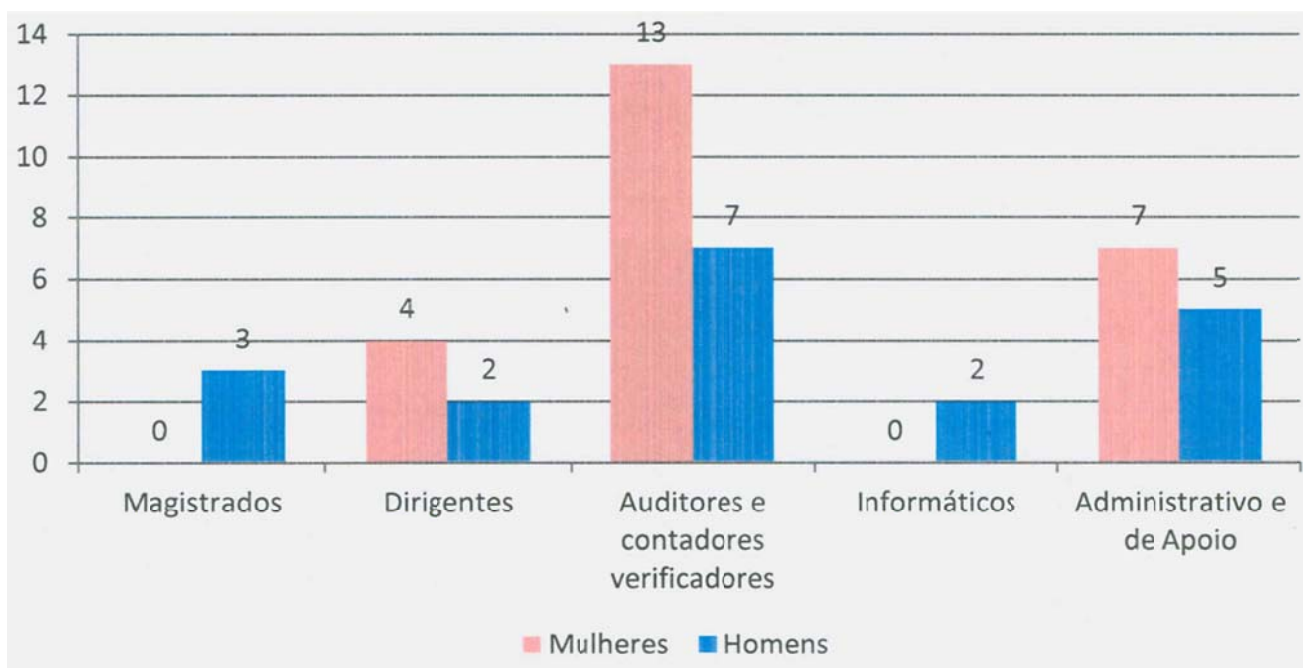
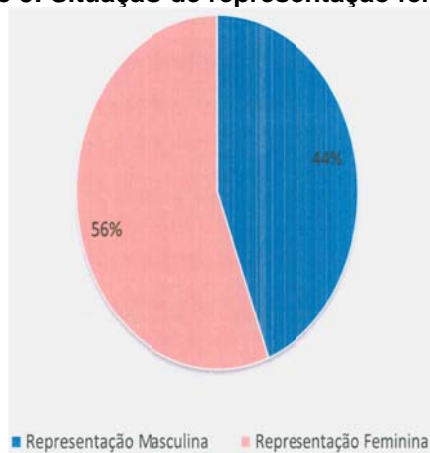


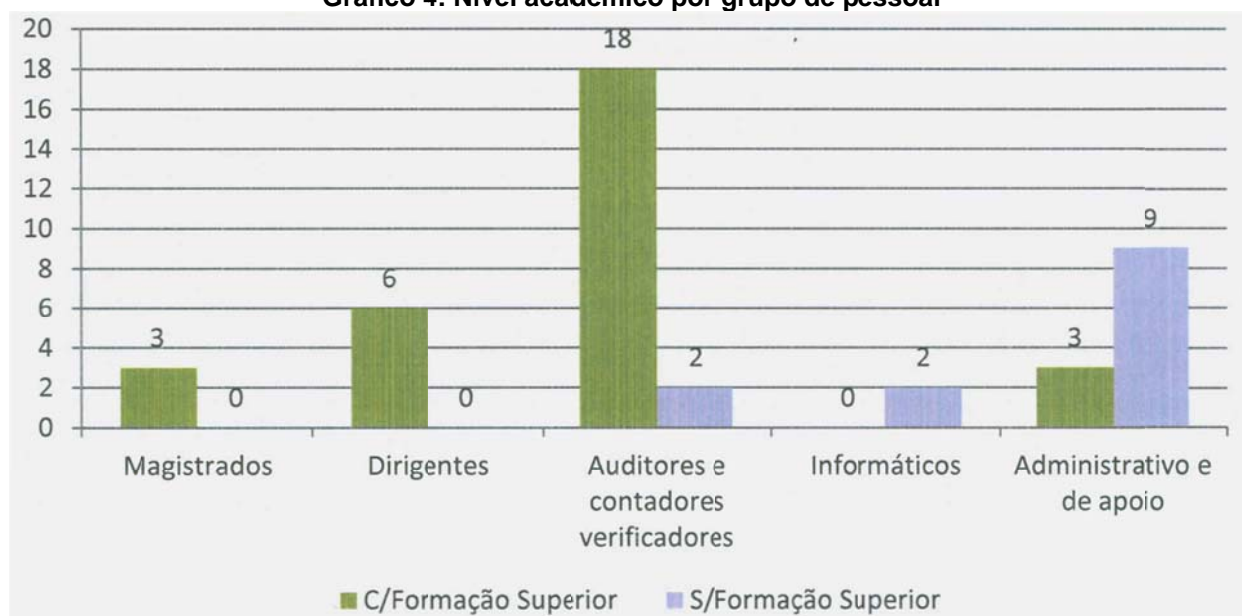
Gráfico 3: Situação de representação feminina



Do ponto de vista da situação de género, constata-se que as mulheres continuam a ocupar o maior número de vagas no quadro de pessoal, ou seja, 24 funcionárias são do sexo feminino, o que corresponde a 56% do pessoal afecto à Instituição. Face ao número de lugares em comissão de serviço, num total de 6, importa realçar que 4 dessas vagas se encontram ocupadas por mulheres.

É oportuno ainda frisar que das 24 funcionárias do Tribunal de Contas, apenas 7 estão ligadas ao serviço administrativos e de apoio, pois 17 estão directamente ligadas à área técnica.

Gráfico 4: Nível académico por grupo de pessoal



No que concerne ao nível académico, dos 43 funcionários e agentes referidos, apenas 13 não são titulares de formação superior. Entre os habilitados com formação superior, apenas duas não possuem grau de licenciatura, isto é, 28 são licenciados em diversas áreas de actuação do Tribunal de Contas, dentre os quais 4 são detentores de grau de mestre em domínios diversos.

Apesar da evidente necessidade de recrutamento de quadros para fazer face aos desafios com que o Tribunal se vem confrontando e também em consequência de abertura de vagas deixadas por especialistas que optaram por exercer suas actividades noutros sectores, a Instituição não tem conseguido alargar o seu quadro de pessoal nem tão-pouco atrair especialistas em áreas da sua actuação. As dificuldades apontadas prendem-se cumulativamente com limitações orçamentais, com a questão da falta de instalações adequadas e com o carácter pouco atractivo das remunerações actualmente praticadas.

3.2- Recursos financeiros

O artigo 6.º da Lei n.º 3/99, de 20 de agosto, Lei Orgânica do Tribunal de Contas, estabelece:

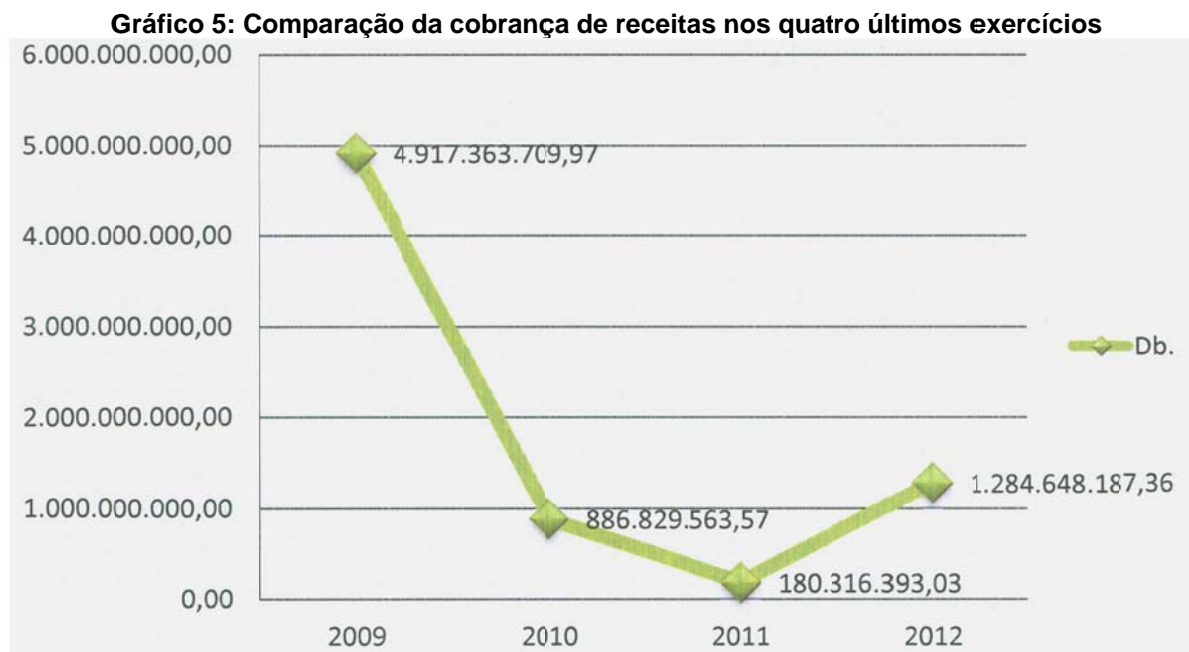
1. As despesas com as instalações e o funcionamento do Tribunal de Contas constituem encargo do Estado e deverão estar inscritas no respectivo orçamento.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o Tribunal de Contas disporá de orçamento privativo, nos termos da legislação em vigor.
3. Constituem receitas do Tribunal, emolumentos devidos pela sua actividade, a fixar em diploma que regula a respectiva incidência e cobrança.

No entanto, a gestão administrativa e financeira deve ser assegurada pelos fundos libertos das dotações do Orçamento Geral do Estado (OGE) e pelas receitas próprias provenientes da cobrança dos emolumentos, decorrentes dos serviços prestados, sendo estas últimas, geridas através do Cofre do Tribunal de Contas, de acordo com o disposto no artigo 15.º da Lei n.º 6/99, de 20 agosto.

Ora, relativamente aos recursos financeiros, o período a que se reporta o presente relatório não podia deixar de reflectir senão a continuidade da situação orçamental retratada nos exercícios anteriores, marcada por uma forte restrição nas despesas, determinada por uma progressiva queda na cobrança de receitas próprias.

Apesar de se ter registado uma ligeira melhoria na cobrança de receitas relativamente ao exercício anterior, verifica-se que os Dbs. 1 284 648 187 36 (mil, duzentas e oitenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e oitenta e sete dobras e trinta e seis cêntimos) de receitas arrecadadas em 2012 estão muito aquém dos Dbs. 4 917 363 709 97 (quatro mil, novecentos e dezassete milhões, trezentos e sessenta e três mil, setecentas e nove dobras e noventa e sete cêntimos), cobrados em 2009.

O gráfico abaixo ilustra a situação de receitas cobradas nos últimos quatro exercícios:



As transferências do OGE para o funcionamento do Tribunal se cifraram em Dbs. 11 783 087 388,00 (onze mil, setecentos e oitenta e três milhões, oitenta e sete mil, trezentas e oitenta e oito dobras), que somados aos Dbs. 262 235 005,95 (duzentos e sessenta e dois milhões, duzentos e trinta e cinco mil, cinco dobras e noventa e cinco cêntimos) transitados de 2011, totalizaram 12 045 322 393,95 (doze mil e quarenta e cinco milhões, trezentas e trinta e duas mil, trezentas e noventa e três dobras e noventa e cinco cêntimos).

Quadro 8: Receitas do OGE em 2012

Receita	Parcial	Total
Saldo transitado de 2011	262 235 005,95	262 235 005,95
Verba aprovada para OGE 2012		
Despesas Correntes	10 412 332 621,00	11 028 832 621,00
Despesa de Capital	616 500 000,00	
Suplementos recebidos em 2012	754 254 767,00	754 254 767,00
Total		12 045 322 393,95

As receitas do Cofre arrecadadas em 2012 totalizaram os Db.1 284 648 187,36 (mil, duzentas e oitenta e quatro milhões, seiscentos e quarenta e oito mil, cento e oitenta e sete dobras e trinta e seis cêntimos), que se somaram ao saldo transitado de 2011 no valor de Dbs. 1.317.601.679,56 (mil, trezentos e dezassete milhões, seiscentos e setenta e nove mil e cinquenta e seis cêntimos).

Quadro 9: Receita do Cofre em 2012

Receita	Parcial	Total
Saldo transitado de 2011	1 317 601 679,56	1 317 601 679,56
Receitas próprias	1 284 648 187,36	
Emolumentos	1 221 978 131,00	
Taxa Informática	42 100 000,00	

Outras	20 570 056,36	
Total		2 602 249 866,92

Relativamente às despesas, estas atingiram o montante de Dbs. 10 816 279 239,02 (dez mil, oitocentos e dezasseis milhões, duzentas e setenta e nove mil, duzentas e trinta e nove dobras e dois cêntimos), sendo Dbs. 9 842 800 203,77 (nove mil oitocentos e quarenta e dois milhões, oitocentas mil, duzentas e três dobras e setenta e sete cêntimos), em despesas correntes e Dbs. 973 479 035,25 (novecentos e setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, Trinta e cinco dobras e vinte e cinco cêntimos), em despesas de investimento.

Entretanto, tal como nos anos anteriores, verificou-se algumas dificuldades no que toca ao regular desbloqueamento das tranches, o que originou que transitasse para o exercício seguinte o montante de Dbs. 3 831 293 021,85, para solver os encargos que não foram solvidos até 31 de Dezembro de 2012.

As despesas realizadas com o fundo do OGE totalizam Dbs. 9 475 101 353,39 (nove mil quatrocentos e setenta e cinco milhões, cento e uma mil, trezentos e cinquenta e três dobras e trinta e nove cêntimos), o correspondente a 80,41% do programado, conforme o seguinte:

Despesas com pessoal

No capítulo das despesas, os encargos com o pessoal assumiram o maior peso, isto é, Dbs. 6 008 661 440,22 (seis mil e oito milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, quatrocentas e quarenta dobras e vinte e dois cêntimos).

Aquisição de bens e serviços

No que toca a aquisição de bens e serviços a realização totalizou Dbs. 1 675 123 396,52 (mil seiscentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, trezentas e noventa e seis dobras e cinquenta e dois cêntimos), o correspondente a 75,31 % do programado, fundamentalmente devido ao desbloqueamento tardio de fundo proveniente do OGE, ao atraso na formação do pessoal magistrado em Portugal, adiada para Fevereiro de 2013 devido a agenda do Tribunal de Contas de Portugal, bem como o Congresso da INTOSAI a realizar-se em 2013 na República da China – Beijing, cuja previsão inicial era para 2012.

De referir também que teve repercussão no nível de execução, a melhoria registada no fornecimento da energia pela EMAE que por conseguinte, conduziu à uma redução no consumo do combustível para o gerador.

Subsídios e Transferências Correntes

Alguns constrangimentos levaram ao início tardio de algumas auditorias programadas para as quais se previa a contratação de especialistas, condicionando deste modo o nível de execução que esteve abaixo de 50% do valor programado, isto é, de Dbs. 291 307 897,00 (duzentas e noventa e um milhões, trezentas e sete mil, oitocentas e noventa e sete dobras).

Despesas de Ano Económico Findo

Neste capítulo a maior incidência vai para a liquidação da quota à AFROSAI, no montante de USD 21 500,00, o correspondente a Dbs. 424 201 311,00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, duzentos e um mil, trezentas e onze dobras), referente a dívida do período de 1981 a 2002.

Despesas de Capital

No que respeita às despesas de capital, estas estiveram muito próximas do programado, isto é, a sua execução atingiu Dbs. 973 479 035,25 (novecentos e setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco dobras e vinte e cinco cêntimos), o que corresponde a 98% do programado.

Quanto a despesas realizadas com fundos do cofre destaca-se o seguinte:

Encargo com Pessoal

O pagamento de despesas com o pessoal fez o montante de Dbs. 978 918 067,00 (novecentos e setenta e oito milhões, novecentos e dezoito mil, sessenta e sete dobras), o correspondente a 82,42% do programado. Durante o período devido ao atraso do início de algumas auditorias o Tribunal de Contas não recorreu a contratação de especialista.

Aquisição de bens e serviços

A despesa neste capítulo atingiu Dbs. 176 669 182,69 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e duas dobras e sessenta e nove cêntimos), o correspondente a uma realização de 22,91% do programado, isto devido a contenção para a salvaguarda de compromissos

futuros, de realização do III Seminário da OISC/CPLP, dada a incerteza de obtenção de financiamento no exercício seguinte.

Despesas transitadas de exercícios anteriores

Em 2012 o montante executado foi de Dbs. 185 130 445,00 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e trinta mil, quatrocentas e quarenta e cinco dobras), o que representa 71,65% do programado, devido à antecipação do pagamento de algumas despesas antes do final de 2011.

Situação Financeira em 31-12-2012

A situação financeira do Tribunal de Contas na data de 31-12-2012 era no montante ilíquido de Dbs. 3 831 293 021,85 (três mil milhões, oitocentos e trinta e um milhões, duzentas e noventa e três mil, vinte e uma dobras e oitenta e cinco cêntimos).

Sobre o referido montante serão deduzidas as despesas por pagar no montante de Dbs. 433 140 964,50 (quatrocentos e trinta e três milhões, cento e quarenta mil, novecentas e sessenta e quatro dobras e cinquenta cêntimos), pelo que, o saldo que transita é de Dbs. 3 398 152 057,35.

No entanto, é de realçar que relativamente as facturas da EMAE e da CST referentes ao consumo água e energia e de comunicação do mês Dezembro de 2012, remetidas ao Tribunal de Contas em Janeiro 2013, estas foram devolvidas pela Direcção do Orçamento para incluir nos encargos de 2012 a solver em 2013.

3.3. Outros recursos

Com 10 anos de existência, apesar de aparentemente supridas as necessidades básicas atinentes à instalação de uma instituição com as características do Tribunal de Contas, torna-se necessário, porém, que a mesma se mantenha a altura de fazer face às exigências crescentes que lhe são impostas, o que implica a contínua formação e capacitação dos quadros e o apetrechamento com meios de trabalho indispensáveis ao correto desempenho dos mesmos.

Neste exercício, foram encetadas diligências visando à resolução dos diferentes problemas com que o Tribunal se confrontou, sendo digno de realçar, até porque o presente relatório constitui memória da Instituição, por isso, fica aqui feita referência ao contributo do Governo, no quadro da cooperação institucional, traduzido na transferência para o Tribunal de um suplemento financeiro, reportado na conta de gerência, que permitiu fazer face aos encargos com a deslocação de uma equipa de Magistrados e Auditores ao Brasil, para participação numa acção de formação no âmbito da preparação para a emissão do parecer sobre a Conta Geral do Estado. Aspecto digno de destaque relativamente à esta acção é o fato de a equipa beneficiária, ter integrado, para além de quadros do Tribunal de Contas, dois técnicos das Finanças. O suplemento referido destinou-se igualmente a aquisição de novos equipamentos informáticos, processo iniciado no exercício passado, bem como na assunção de encargos relativos a estágio de 2 técnicos deste Tribunal no Tribunal de Contas de Portugal, assim como para a celebração do protocolo de cooperação e assistência técnica com o referido Tribunal.

4 – Conclusões e Perspectivas

O processo de modernização e de transformação da administração, muito almejado por todos, favorece o exercício de uma cidadania mais exigente e o desenvolvimento de uma democracia mais apurada.

Para isso, além da necessidade de se aperfeiçoar e adaptar as legislações a favor da transparência e do rigor na gestão das finanças públicas é preciso, também, conferir maior profundidade e coerência às medidas tendentes a atingir tal fim.

A entrada, por exemplo, em efectivo funcionamento de um sistema integrado de gestão orçamental e financeira, que se apelidou de SAFE, deve ser feita de tal forma que a necessária intervenção dos órgãos de controlo instituídos se faça de forma plena e oportuna, devendo-se integrar no referido sistema um módulo para o seguimento e avaliação, que resultará no reforço da capacidade de gestão e da transparência do mesmo, sem prejuízo, obviamente, do respeito por uma intervenção, de acordo com o perfil funcional e o nível de acesso atribuído pela entidade credenciada.

Este caminho é a garantia da transparência e da consolidação das contas públicas, através da integração, segregação funcional, orgânica e tecnológica, ou seja, quem executa o orçamento, não efectua o pagamento, ambos apoiados por um concomitante dispositivo de fiscalização em linha, minimizando assim os diversos riscos.

O Tribunal, tal como atrás referido, nunca baixou os braços perante as adversidades e pode hoje congratular-se, apesar do muito que ainda resta fazer, com o facto da sociedade, no seu conjunto, entender de forma clara, de que a luta por uma boa governação é irreversível, pelo que não resta outra alternativa senão cerrar fileiras no combate em prol da mais correta aplicação dos recursos pertencentes à colectividade.

A necessidade de clarificação das competências do Tribunal de Contas, em matéria de responsabilização financeira, para que de uma vez por todas sejam deitadas por terra os receios ligados à

prestação de contas, por cometimento de ilicitudes no desempenho de funções públicas, encontrará, decerto, a cumplicidade de todos os órgãos do Estado, nomeadamente da Assembleia Nacional e do Governo, atendendo ao papel que lhes é reservado em matéria legislativa.

Irrealista seria dizer-se que os resultados alcançados correspondem aos cem por cento, mas o importante e irrefutável é que graças às acções do Tribunal e muito particularmente a sua vertente pedagógica, permitiu introduzir, de forma inequívoca, maior disciplina no recrutamento do pessoal da função pública, clarificar a situação de vínculo de um grande número de funcionários, alguns até com vínculos de carácter precário e, por isso, com prejuízos para os próprios interessados, e permitir ao Estado inteirar-se de quem é que efectivamente está ao seu serviço, onde e com que tipo de vínculo.

Porém, atendendo ao elevado grau de desorganização existente, ainda não é possível dar-se por concluído o processo nos estores com grande efectivo.

Sem descurar a exigência no cumprimento da lei, o Tribunal de Contas mantém-se aberto a prosseguir com a sua acção pedagógica, dispondo-se ao diálogo e colaboração com os órgãos que revelarem idêntica abertura.

A coerência das opções feitas até ao presente, servem de fundamento para que, numa perspectiva de continuidade, o Tribunal de Contas direcione as suas acções, essencialmente, para o seguinte:

- ✓ Consolidar o processo de verificação interna de contas e o conseqüente julgamento das mesmas;
- ✓ Aprovação do guia do auditor e o código de ética dos profissionais do Tribunal de Contas;
- ✓ Conclusão e aprovação do manual de procedimentos administrativos;
- ✓ Prosseguimento do esforço de modernização dos procedimentos com recurso a aplicações informáticas;
- ✓ Intensificação de esforços conducentes a resolução do problema das instalações;
- ✓ Formação contínua sobre a análise e a emissão do parecer sobre a Conta Geral do Estado.
- ✓ Revisão e adaptação do pacote legislativo e do Regulamento Interno.

A concretização da maior parte dos objectivos elencados está ao alcance da Instituição, tornando-se, no entanto, necessário a mobilização e empenhamento de todos, particularmente, dos que fizeram opção pelo Tribunal de Contas como local de sua realização socio-profissional. Não se pode, todavia, descurar que, em alguns casos, a última palavra dependerá da vontade política para alterar o *status quo*.

Uma palavra de reconhecimento e de apreço por todos quantos com empenho e dedicação deram o melhor de si para que se sagraassem positivos os resultados alcançados durante o exercício findo.

Publique-se, tal como disposto no n.º 2 do artigo 79.º do Regulamento do Tribunal de Contas, publicado no Diário da República n.º 15, de 27 de Outubro de 2003 e enviem-se cópias a Sua Excelência o Presidente da República, à Assembleia Nacional e ao Governo.

São Tomé, 28 de Maio de 2013.

O Presidente do Tribunal de Contas, *José António de Monte Cristo*.

Anexos

I-Introdução

O presente Relatório de Contas retracts a gestão administrativa e financeira levada a cabo no exercício económico de 2012, nono ano após a institucionalização do Tribunal de Contas.

O Tribunal de Contas dispõe de autonomia administrativa e financeira, em matéria de gestão dos recursos provenientes do Tesouro, assim como dos cobrados através do Cofre.

De acordo com o previsto no artigo 6.º da Lei 3/99 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas, os procedimentos administrativos e de gestão são os seguintes:

1. As despesas com a instalação e de funcionamento do Tribunal de Contas constituem encargos do Estado, deverão estar inscritas no Orçamento (OGE).
2. O Tribunal de Contas disporá de orçamento privativo, nos termos da legislação em vigor, sem prejuízo no disposto no número anterior.
3. Os emolumentos cobrados pelo Tribunal de Contas no exercício da sua actividade constituem receitas deste organismo, a fixar em diploma que regula a respectiva incidência e cobrança.

O relatório em epígrafe apresenta de forma detalhada as operações financeiras realizadas ao longo do presente exercício. Particular destaque vai para a comparação feita com o exercício anterior com vista a

aferir do nível da variação ocorrida e melhor sustentação do processo de orçamentação dos exercícios seguintes.

Relativamente às verbas provenientes do OGE, capítulo em que se verificou uma acentuada melhoria, os valores transferidos para o Tribunal de Contas atingiram o montante aproximado do total programado. No entanto, a disponibilização das tranches trimestrais foram em montantes e datas fora do previsto, o que remeteu o Tribunal de Contas a uma gestão acautelada.

No que toca as receitas próprias, não obstante se ter registado uma ligeira subida em relação a 2011, o nível dos emolumentos cobrados ainda se mantém bastante aquém dos níveis atingidos em 2007 e 2008, período que precedeu à entrada em vigor da Lei n.º 8/2009, que aprova o Regulamento das Licitações e Contratações Públicas.

Para melhor facilitar a compreensão do seu conteúdo, o relatório tem a seguinte estrutura:

1. Introdução;
2. Nota Explicativa;
3. Conta de Gerência;
4. Quadros de análise de execução orçamental;
5. Inventário; e
6. Mapas Auxiliares.

No exercício económico em causa os recursos financeiros do Tribunal de Contas se cifraram Dbs. 14 647 572 260 87 (catorze mil seiscentos e quarenta e sete milhões, quinhentas e setenta e duas mil, duzentas e sessenta dobras e oitenta e sete trezentas e trinta e duas mil, trezentas e noventa e três dobras e noventa e cinco cêntimos) referente ao fundo recebido do OGE e Dbs. 2 602 249 866 92 (dois mil milhões, seiscentos e dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentas e sessenta e seis dobras e noventa e dois cêntimos) provenientes de Receitas do Cofre.

Realizou-se despesas no montante de Dbs. 10 816 279 239 02 (dez mil oitocentos e dezasseis milhões, duzentas e setenta e nove mil, duzentas e trinta e nove dobras e dois cêntimos), tendo-se transitado com um saldo de Dbs. 3 831 293 021 85 (três mil oitocentos e trinta e um milhões, duzentas e noventa e três mil, vinte e uma dobras e oitenta e cinco cêntimos), para solver os encargos assumidos, e que por razões de desbloqueamento tardio de fundos provenientes do OGE não tiveram lugar até 31 de Dezembro de 2012.

São Tomé, 09 de Maio de 2013.

A Chefe de Repartição Administrativa, *Isabel Maria Vera Cruz Cunha*.

II-Nota Explicativa

2.1- Origem de Fundos

O fundo disponível durante o exercício de 2012 foi no montante de Dbs. 14 647 572 260 87 (catorze mil seiscentas e quarenta e sete milhões, quinhentas e setenta e duas mil, duzentas e sessenta dobras e oitenta e sete cêntimos), sendo Dbs. 12.045.322.393,95 (doze mil e quarenta e cinco milhões, trezentas e vinte e duas mil, trezentas e noventa e três dobras e noventa e cinco cêntimos), provenientes do Tesouro Público e Dbs. 2 602 249 866 92 (dois mil seiscentos e dois milhões, duzentos e quarenta e nove mil, oitocentas e sessenta e seis dobras e noventa e dois cêntimos) referentes às Receitas do Cofre, conforme ilustra o quadro que se segue (Quadro 1).

Quadro 1- Origem dos Fundos em 2012

OGE	Parcial
Saldo transitado	262 235 005,95
Dotações recebidas Tesouro	11 783 087 388,00
Total	12 045 322 395,95
Cofre TC	
Saldo transitado	1 317 601 679,56
Receitas 2012	1 284 648 187,36
Total	2 602 249 866,92
Total Geral	14 647 572 260,87

2.1.1- Variação de Fundos nos dois últimos anos

Conforme ilustra o Quadro 2 – *Varição das receitas nos dois últimos anos*, verificou-se no presente exercício uma acentuada melhoria no que concerne aos fundos disponibilizados pelo Tesouro Público, no valor de Dbs. 6 360 483 572 94 (seis mil trezentas e sessenta milhões, quatrocentos e oitenta e três mil, quinhentas e setenta e duas dobras e noventa e quatro centavos) em 2011 para Dbs. 12 045 322 393 95 (doze mil e quarenta e cinco milhões trezentos e vinte e dois mil, trezentas e noventa três dobras, e noventa e cinco centavos) em 2012, o que representa uma variação positiva de 89,38%, enquanto que, as receitas do Cofre conheceram uma significativa diminuição em 2011, de Dbs. 8 178 998 722 14 (oito mil cento e setenta e oito milhões, noventa e nove mil, setecentas e vinte e duas dobras e catorze centavos), para Dbs. 2 602 249 866 92 (dois mil seiscentos e dois milhões, duzentas e quarenta e nove mil, oitocentas e sessenta e seis dobras e noventa e dois centavos) em 2012, o correspondente a uma variação negativa de 68,18%.

Quadro 2 – Varição das receitas nos dois últimos anos

Origem dos fundos	2011		2012		VAR
	Valor	%	Valor	%	
OGE	6.360.483.572,94	43,75	12.045.322.393,95	82,23	89,38
Saldo transitado	34.692,94	0	262.235.005,95	1,79	755774,27
Dotações recebidas	6.360.448.880,00	43,75	11.783.087.388,00	80,44	85,26
Cofre do Tribunal	8.178.998.722,14	56,25	2.602.249.866,92	17,77	-68,18
Saldo Transitado	7.559.632.611,21	51,99	1.317.601.679,56	9	-82,57
Emolumentos cobrados	180.316.393,03	1,24	1.221.978.131,00	8,34	577,69
Juros sobre Aplicações	407.496.035,08	2,8	0	0	-100,00
Outros	31.553.682,82	0,22	62.670.056,36	0,43	98,61
Total Geral	14.539.482.295,08	100	14.647.572.260,87	100	0,74

Com vista a melhor ilustrar a variação acima referida, seguem os gráficos abaixo indicados:

Gráfico 1– Fundos provenientes do OGE em 2011 e 2012

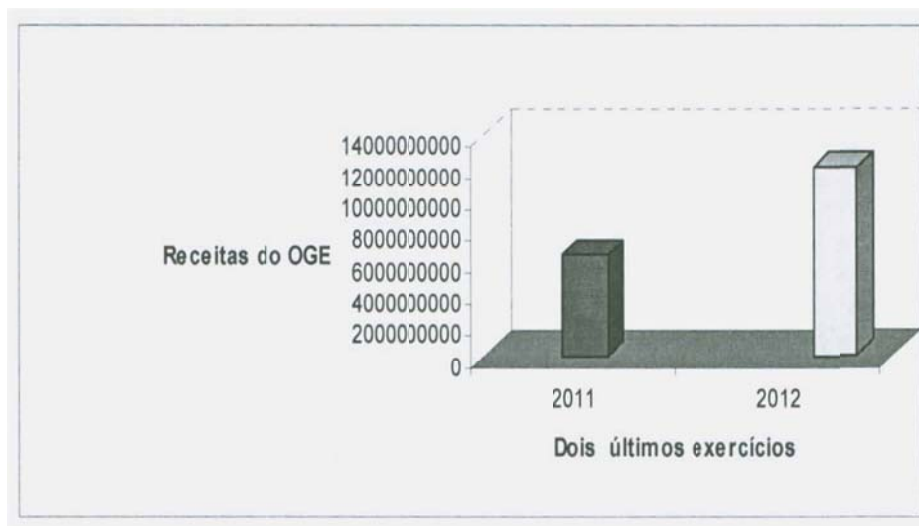
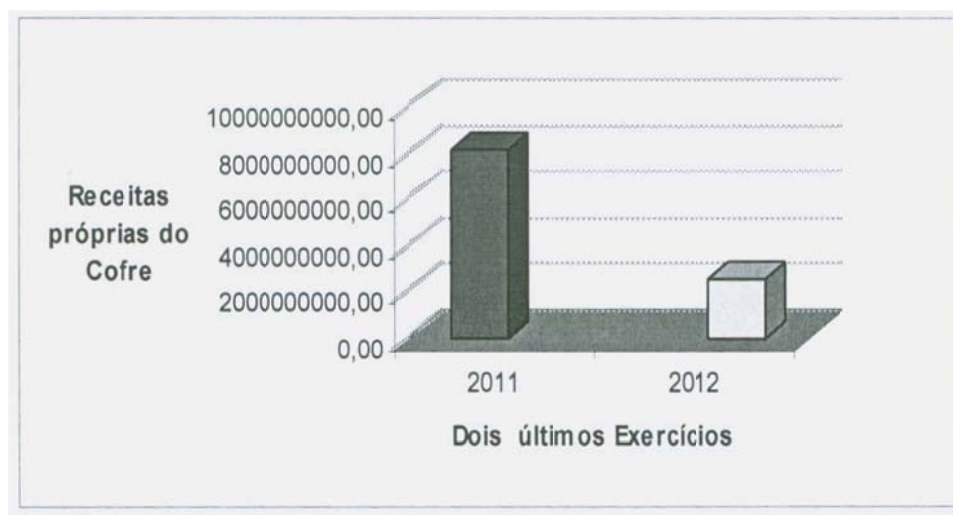


Gráfico 2 – Receitas do Cofre em 2011 e 2012



2.1.2 – Fundos provenientes do OGE

O Tribunal de Contas propôs para o exercício em causa um orçamento no montante de Dbs. 12 004 235 721 00 (doze mil e quatro milhões, duzentas e trinta e cinco mil, setecentas e vinte e uma dobras), no entanto, o valor aprovado foi de Dbs. 11 029 132 721 00 (onze mil milhões, vinte e nove milhões, cento e trinta e dois mil, setecentas e vinte e uma dobras), isto é, cerca de 92%. Todavia, durante o exercício recebeu do Tesouro Público o montante de Dbs. 11 783 087 388 00 (onze mil setecentas e oitenta e três milhões, oitenta e sete mil, trezentas e oitenta e oito dobras), o correspondente a 97,82%, que somados aos Dbs. 262 235 005 95 (duzentas e sessenta e dois milhões, duzentas e trinta e cinco mil, cinco dobras e noventa e cinco centavos), transitados do ano anterior, totalizam Dbs. 12 045 322 393 95 (doze mil quarenta e cinco milhões, trezentas e vinte e duas mil, trezentas e noventa e três dobras e noventa e cinco centavos).

O montante recebido no exercício totaliza Dbs. 11 783 087 388 00, sendo Dbs. 11 028 832 621 00 (onze mil vinte e oito milhões, oitocentos e trinta e dois mil, seiscentas e vinte e uma dobras) referentes a verba aprovada e Dbs. 754 254 767 00 (setecentos e cinquenta e quatro milhões, duzentas e cinquenta e quatro mil, setecentas e sessenta e sete dobras) de suplementos (Vide anexo 1 e Quadro 3).

Quadro 3 – Receitas do OGE em 2012

Receitas	Parcial	Total
i) Saldo transitado de 2011	262.235.005,95	262.235.005,95
ii) Verba aprovada para OGE 2012		11.028.832.621,00
Despesas Correntes	10.412.332.621,00	
Despesa de Capital	616.500.000,00	
iii) Suplementos recebidos em 2012		

Financiamento de equip. Informáticos	375.315.500,00	754.254.767,00
Encargos c/deslocação	189.962.500,00	
Pagamento do 13.º Mês de Salário	188.976.767,00	
Total	12.045.322.393,95	

2.1.3 – Fundos provenientes do Cofre

No exercício de 2012 o Tribunal de Contas programou receitas do Cofre no montante de Dbs. 3 433 104 763 54 (três mil quatrocentos e trinta e três milhões, cento e quatro mil, setecentas e sessenta e três dobras e cinquenta e quatro cêntimos), no entanto arrecadou Dbs. 1 284 648 187 36 (mil duzentas e oitenta e quatro milhões, seiscentas e quarenta e oito mil, cento e oitenta e sete dobras e trinta e seis cêntimos) o correspondente a 37,42% da previsão, que somados ao saldo transitado de 2011, de Dbs. 1 317 601 679 56 (mil trezentos e dezassete milhões, seiscentos e uma mil, seiscentas e setenta e nove dobras e cinquenta e seis cêntimos) totaliza Dbs. 2 602 249 866 92 (dois mil milhões, seiscentos e dois milhões, duzentas e quarenta e nove mil, oitocentas e sessenta e seis dobras e noventa e dois cêntimos).

O montante arrecadado no período é de Dbs. 1 284 648 187 36, integra Dbs. 1 221 978 131 00 (mil duzentas e vinte e um milhões, novecentas e setenta e oito mil, cento e trinta e uma dobras) dos Emolumentos cobrados, Dbs. 42 100 000 00 (quarenta e dois milhões e cem mil dobras) de Taxas diversas, Dbs. 14 906 945 00 (catorze milhões, novecentas e seis mil, novecentas e quarenta e cinco dobras) de Juros diversos e Dbs. 5 663 111 36 (cinco seiscentas e sessenta e três mil, cento e onze dobras e trinta e seis cêntimos), de diferença do câmbio favorável apurado entre o contravalor histórico de USD 16 628,10 na conta *Cofre do Tribunal de Contas* STD e o contravalor na data de 31 de Dezembro de 2012 (Vide Quadro 4 e anexo 2).

Quadro 4 – Receita do Cofre em 2012

Receita	Parcial	Total
i) Saldo transitado de 2011	1 317 601 679,56	1 317 601 679,56
ii) Receitas próprias do exercício		1 284 648 187,36
Emolumentos	1 221 978 131,00	
Taxas diversas (Informática)	42.100.000,00	
Juros diversos (D.O)	14.906.945,00	
Diferença de câmbio favorável em 31-12- 2012	5.663.111,36	
Total	2 602 249 866,92	

2.2 - Aplicação de Fundos

Do fundo disponível no exercício de 2012, no montante de Dbs. 14 647 572 260 87 (catorze mil seiscentos e quarenta e sete milhões, quinhentas e setenta e duas mil, duzentas e sessenta dobras e oitenta e sete cêntimos), o Tribunal de Contas realizou despesas no montante de Dbs. 10 816 279 239 02 (dez mil oitocentos e dezasseis milhões, duzentas e setenta e nove mil, duzentas e trinta e nove dobras e dois cêntimos), sendo despesas correntes de Dbs. 9 842 800 203 77 (nove mil oitocentos e quarenta e dois milhões, oitocentas mil, duzentas e três dobras e setenta e sete cêntimos) e de investimento igual a Dbs. 973 479 035 25 (novecentos e setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco dobras e vinte e cinco cêntimos), (Vide Conta de Gerência e anexos 8 e 10).

Entretanto, tal como nos anos anteriores, verificou-se algumas dificuldades no que toca ao regular desbloqueamento das tranches, o que originou que transitasse para o exercício seguinte o montante de Dbs. 3 831 293 021 85, para solver os encargos assumidos que não tiveram lugar até 31 de Dezembro de 2012 (Vide Conta de Gerência e anexo 4).

2.2.1– Despesas realizadas com Fundos do OGE

As despesas realizadas com o fundo do OGE totalizam Dbs. 9 475 101 353 39 (nove mil quatrocentos e setenta e cinco milhões, cento e uma mil, trezentos e cinquenta e três dobras e trinta e nove cêntimos), o correspondente a 80,41% do programado (Vide Conta de Gerência e anexo 8).

A Conta de Gerência e o anexo 8 espelham a execução das despesas do OGE:

31 e 32 – Despesas com o pessoal

As despesas executadas com o pessoal somam Dbs. 6 008 661 440 22 (seis mil e oito milhões, seiscentas e sessenta e uma mil, quatrocentas e quarenta dobras e vinte e dois cêntimos), o correspondente a uma realização de 81,16% do programado. Durante o período, o Tribunal de Contas viu-se forçado neste capítulo a transitar verbas entre algumas rubricas face à necessidade de suportar os encargos de pagamento do salário devido ao recalculo das categorias em relação as quais se procedeu ao aumento de salário de base e, por conseguinte, o aumento dos encargos inerentes, mormente nos cargos de carreira.

Face às dificuldades com que o Tesouro Público se confrontou no último trimestre para desbloqueamento das tranches previstas, o Tribunal de Contas acautelou o cumprimento do compromisso assumido para a realização na cidade de São Tomé, em Junho de 2013, do III Seminário do OISC/CPLP, pois já não se ia a tempo de declinar um tal compromisso, tendo por isso abdicado de executar algumas despesas para transitar com algum montante para suportar os encargos essenciais com o evento (Vide anexo 3 e 8).

33 – Aquisição de bens e serviços

À semelhança das outras rubricas, o nível de realização totalizou Dbs. 1 675 123 396 52 (mil seiscentos e setenta e cinco milhões, cento e vinte e três mil, trezentas e noventa e seis dobras e cinquenta e dois cêntimos), o correspondente a 75,31 % do programado, devido ao desbloqueamento tardio do fundo proveniente do OGE, ao esgotamento no mercado interno de alguns bens de consumo de secretaria, ao atraso na formação do pessoal magistrado em Portugal, adiada para Fevereiro de 2013 devido a reprogramação da agenda do Tribunal de Contas de Portugal, bem como o Congresso da INTOSAI a realizar-se em 2013 na República da China – Beijing, cuja previsão inicial era para 2012.

De referir também que repercutiu no nível de execução o melhoramento no fornecimento da energia pela EMAE e, por conseguinte, uma certa poupança no consumo do combustível (Vide anexo 8). Porém, neste capítulo, contrariamente ao que foi a programação inicial, o Tribunal de Contas viu-se forçado a criar dotações orçamentais, no montante de Dbs. 97 268 900 00 (noventa e sete milhões, duzentas e sessenta e oito mil, novecentas dobras) para cobrir outras despesas de serviços de comunicação não pagas directamente pela Direcção do Orçamento (Vide anexo 8).

35 – Subsídios e transferências correntes

Alguns constrangimentos levaram ao início tardio de algumas auditorias programadas para as quais se previa a contratação de especialistas, condicionando deste modo o nível de execução que esteve abaixo de 50% do valor programado, isto é, de Dbs. 291 307 897 00 (duzentas e noventa e um milhões, trezentas e sete mil, oitocentas e noventa e sete dobras) (Vide anexo 8).

36 – Despesas do ano económico findo

Neste capítulo, a maior incidência vai para a liquidação da quota à AFROSAI, no montante de USD 21,5 dólares, correspondentes a Dbs. 424 201 311 00 (quatrocentos e vinte e quatro milhões, duzentos e um mil, trezentas e onze dobras), referentes à dívida do período de 1981 a 2002.

Dado a variação da taxa de câmbio da quotização fixada em dólar e ao aumento do montante da dívida, este capítulo viu-se reforçado (Vide anexo 8).

39 – Despesas cambiais

Reflecte a diferença de câmbio desfavorável, no montante de Dbs. 91 647 66 (noventa e um mil, seiscentas dobras e sessenta e seis cêntimos), resultante da diferença entre o contravalor histórico de USD 1 331 59 na conta bancária do Tribunal de Contas de STP e o contravalor à taxa de câmbio do dia 31 de Dezembro de 2012.

41 – Despesas de capital

A realização da despesa de Capital esteve muito próxima do programado, isto é, em mais de 98%, no montante de Dbs. 973 479 035 25 (novecentos e setenta e três milhões, quatrocentos e quarenta e nove mil, trinta e cinco dobras e vinte e cinco cêntimos) (Vide anexo 8).

Neste capítulo, verificou-se a redistribuição de verbas remanescentes das rubricas 4113 e 4114 com vista a aquisição de um *software*, no cumprimento das recomendações das auditorias às contas deste Tribunal, sendo que a transição de parte da verba deste capítulo deveu-se a não finalização da instalação do referido Software, cujos trabalhos prosseguem em 2013.

A lista dos bens adquiridos em 2012 consta do anexo 5.

2.2.2 – Despesas realizadas com Fundos do Cofre

Em 2012, as despesas do Cofre totalizaram Dbs. 1 341 177 885 63 (mil trezentos e quarenta e um milhão, cento e setenta e sete mil, oitocentos e oitenta e cinco dobras e sessenta e três cêntimos), o correspondente a 39,07% (Vide Conta Gerência e anexo 10).

31– Encargo com pessoal civil

O pagamento de despesas com o pessoal fez o montante de Dbs. 978.918.067,00 (novecentos e setenta e oito milhões, novecentos e dezoito mil, sessenta e sete dobras), o correspondente a 82,42% do programado.

Durante o período devido ao atraso do início de algumas auditorias o Tribunal de Contas não recorreu a contratação de especialista (Vide Conta Gerência e anexo 10).

33 – Despesa com a aquisição de bens e serviços

A despesa neste capítulo atingiu Dbs. 176 669 182 69 (cento e setenta e seis milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, cento e oitenta e duas dobras e sessenta e nove cêntimos), o correspondente a uma realização de 22,91% do programado, isto devido a contenção para a salvaguarda de compromissos futuros, de realização do III Seminário da OISC/CPLP, dada a incerteza de obtenção de financiamento no exercício seguinte.

36 – Despesas transitadas de exercícios anteriores

Em 2012 o montante executado foi de Dbs. 185 130 445 00 (cento e oitenta e cinco milhões, cento e trinta mil, quatrocentas e quarenta e cinco dobras), o que representa 71,65% do programado, devido à antecipação do pagamento de algumas despesas antes do final de 2011.

39 – Despesas cambiais

As despesas cambiais somam Dbs. 460 190 94 (quatrocentas e sessenta mil cento e noventa dobras e noventa e quatro dobras), reflecte a diferença de câmbio desfavorável entre o contravalor histórico de USD 1 869 35 na conta bancária *Cofre do Tribunal de Contas de STP* e o contravalor à taxa de câmbio do dia 31 de Dezembro de 2012.

41– Despesas de capital

Em 2012 não se registou qualquer aquisição de bens de capital.

2.2.3 – Demonstração da situação financeira em 31 de Dezembro de 2012

A situação financeira do Tribunal de Contas, na data de 31 de Dezembro de 2012 era no montante ilíquido de Dbs. 3 831 293 021 85 (três mil milhões, oitocentos e trinta e um milhões, duzentas e noventa e três mil, vinte e uma dobras e oitenta e cinco cêntimos), conforme indicado na Conta de Gerência e no anexo 4, os quais espelham os depósitos à ordem no Banco Equador e BISTP, bem como a aplicação a prazo na conta *Cofre*.

Sobre o referido montante serão deduzidas as despesas por pagar no montante de Dbs. 433 140 964 50 (quatrocentos e trinta e três milhões, cento e quarenta mil, novecentas e sessenta e quatro dobras e cinquenta cêntimos), conforme o quadro 5, o que resulta numa disponibilidade líquida no montante de Dbs. 3 398 152 057 35. No entanto, é de realçar que relativamente às facturas da EMAE e da CST referentes ao consumo de Dezembro de 2012, nomeadamente de Água e Energia e de Comunicação das redes fixas, remetidas ao Tribunal de Contas, em Janeiro 2013, estas foram devolvidas pela Direcção do Orçamento para incluir nas despesas de 2013.

Quadro 5 – Despesas por pagar em 2012

Descrição	Período	Divisa	Contravalor
I- Despesas de Funcionamento e Investimento.			
Quota Internacional com AISCCUF	2008 a 2011	Euro 3048,8	74.695.600,00
Quota Internacional com AFROSAI	2009 a 2011	USD 3000,00	55.407.183,9
Quota Internacional com AISCCUF Subsídio	Ano 2012	Euro 762,20	18.673.900,00
IRS do Subsídio	Dezembro 12		147.436.990,53
	Dezembro 12		17.647.357,07
CFAO MOTORS - Manutenção e Cons. Tranp.			
50% Aquisição de peça viatura 63-30 G – CFAO	Dezembro 12		7.050.000,00
Montagem da peça pela CFAO Motors	Dezembro 12		3.450.000,00
5% de Consumo na factura CFAO Motors	Dezembro 12		160.000,00
50% Despesa de aquisição Software contabilidade	Dezembro 12		15.925.000,00
Contratação de um especialista, advogado.	Dezembro 12		6.000.000,00
CST - Comunicação			
Internet ADSL-227114- factura F511138	Dezembro 12	Euro 315,00	7.717.500,00
Comunicação rede móvel – factura M26811	Dezembro 12		6.056.161,00
Comunic. Serviço fixo / fax – 242500/2226770	Dezembro 12		10.218.653,00
Comunicação Serviço fixo- 2223448- F512593	Dezembro 12		222.600,00
Emae – Agua e Energia			

Refª Contador -10 08 03 0200 2-	Dezembro 12		56.637.418,00
Refª Contador 10 08 01 1050 2	Dezembro 12		161.616,00
Refª Contador 1051958502 – factura FI120548920	Dezembro 12		5.680.985,00
Total de despesas por pagar pelo OGE			427.140.964,50
Total de despesas por pagar pelo Cofre			6.000.000,00
Total			433.140.964,50

III- Conta de Gerência do exercício de 2012**Gerência de 1 de Janeiro de 2012 a 31 de Dezembro de 2012**

Ódigo	Débito	Importância		Código	Crédito	Importância	
		Parcial	Total			Parcial	Total
	ORIGEM DOS FUNDOS				DESPESA		
	Saldo do exercício anterior			3	I) DESPESAS CORRENTES		
	OGF				OGF		
62210	BE OGESTD	262.200.446,73		31	Despesas com pessoal		
62220	BE OGE USD	34.556,22		311110	Pessoal Civil do Quadro (Salário base)	1954.374.457,76	
	SOMA	262.235.005,95		311120	Pessoal Jubilado/ Reformado	265.102.731,00	
	COFRE			3112 (311220)	Venc. e Rem. Perm. F. Civil fora do quadro	184.000.313,27	
61110	BISTP COFRE STD	747.676,20		311310	Décimo Terceiro Mês do P. Civil	188.976.767,60	
61120	BISTP COFRE USD	39.025.331,28		311320	Gratificação Permanente Pessoal (S.R)	327.772.711,43	
61130	BISTP COFRE EURO	11.025,00		311330	Representação do Pessoal Civil	439.100.547,61	
61210	BE COFRE STD	178.578.471,16		311420	Caracter Reservado	431.593.047,61	
61220	BE COFRE USD	1.097.100.076,92		311490	Outros abonos Numerário do Pes. Civil	2093.937.543,58	
61230	BE COFRE EURO	2.139.095,00		321000	Contrib. do Empregador p/ S. Social (6%)	123.803.320,36	
	SOMA	1.317.601.675,56	1.579.836.685,51		SOMA31 OGE	6008.661.440,22	
	RECEITAS CORRENTES E DE INVE				COFRE		
1411	Transf. do 14º Governo Central (Terc	-		3111	Vencim. E Remun. Perm. Pessoal C. do Q	-	
	Créditos disponibilizados T. Público	-		3110/ 31112	Partic. Emol pess. civil quadro	826.806.213,00	
	Doc nº Refº :79/74/DIR.TES./012	500.000.000,00		3111 (311210)	Partic. Emol pes civil jubilado	86.512.044,00	
	Doc nº Refº : 485/424/DIR.TES./012	1.000.000.000,00		3112	Vencim. E Remun. Perm. Pessoal C. fora	-	
	Doc nº Refº :856/779/DIR.TES./012	603.158.250,00		3120/311221	Pessoal Civil Contraído- especialista	-	
	Doc nº Refº :1394/1278/DIR.TES./012	700.000.000,00		3121/311222	Contratação pessoal não qualificado	-	
	Doc nº Refº :1840/1693/DIR.TES./012	500.000.000,00		311310	Décimo Terceiro Mês do P. Civil	65.599.810,00	
	Doc nº -p/ Reforço-Refº :1926/1774/D	189.962.500,00			SOMA31 Cofre	978.918.067,00	6.987.579.507,22
	Doc nº Refº :2054/1909/DIR.TES./012	625.359.322,82		33	Aquisição de Bens e Serviços		
	Doc nº Refº : 2311/2149 /DIR.TES./01	930.165.596,07			OGF		
	Doc nº Refº : 2697/2514 /STP.TES./01	347.633.234,11		331	Bens		
	Doc nº Refº : 3482/3251 /STP.TES./01	867.719.393,42		331110	Material de Consumo de Secretaria	116.361.480,00	
	Doc nº Refº :4429/4157/DIR.TES./012	867.719.426,29		331120	Combustível e Lubrificante	367.900.000,00	
	Doc nº Refº :4677/4388/DIR.TES./012	867.719.426,29		331160	Material Transporte-Peças	35.725.000,00	
	Doc nº Refº :5428/4922 A/DIR.TES./01	806.177.571,87		331190	Outros Bens Cons. Não Duradouros	28.417.000,00	
	Doc nº Refº :5690/5331/DIR.TES./012	1.796.680.399,13		331220	Bens Duradouros	-	
	Doc nº p/ Pag. 13º Mês- Refº :5058/5	188.976.767,00			SOMA OGE	548.403.480,00	
	SOMA (p/ funcionamento)	10.791.271.888,00	11.783.087.318,00		COFRE		
	Doc nº -p/ Inves.Refº :278/278/DIR.TE	375.315.500,00		3311	BENS DE CONSUMO NÃO DURADOUR	-	
	Doc nº -p/ Inves.Refº : 2698/2515/STI	200.000.000,00		331110	Material de Consumo de Secretaria	-	
	Doc nº -p/ Inves.Refº : 2698/2515/STI	416.500.000,00		331120	Combustível e Lubrificante	-	
	SOMA (p/ Investimento)	991.815.500,00		331190	Outros Bens Cons. Não Duradouros	5.421.935,00	
	COFRE			3312	BENS DURADOUROS	-	
123090	TAXAS DIVERSAS (Informática)	42.100.000,00		331210	Bens Duradouros de Especialidade	1.600.000,00	
124090	EMOLUMENTOS E TAXAS DIVERSA	1.221.978.131,00		331290	Outros Bens Duradouros	280.000,00	
951000	JUROS DIVERSOS	14.906.945,00			SOMA Cofre	7.301.935,00	555.705.415,00
	SOMA	1.278.985.076,00	1.278.985.076,00				
				396000	Despesas Cambiais COFRE	460.190,94	
					SOMA	551.838,60	551.838,60
					I) TOTAL DESPESA CORRENTE	9.842.800.203,77	
				41	De INVESTIMENTO		
					OGF		
				4113	Meios e Equipamento de Transporte	395.250.000,00	
				4114	Maquina e Equipamento	562.304.035,25	
				4115	Software e Estudo	15.925.000,00	
					II) TOTAL DESPESADE CAPITAL	973.479.035,25	973.479.035,25
					III) SALDO A TRANSTAR		
					COFRE		
				521001	Depósito a prazo c.prazo	1.000.000.000,00	
				561110	BISTP COFRE STD	6.732.078,20	
				561120	BISTP COFRE USD	34.525.139,74	
				561210	BE COFRE STD	157.834.442,89	
				561220	BE COFRE USD	307.015.551,59	
				561230	BE COFRE EURO	10.469.095,00	
					SOMA	1.516.576.307,42	
					OGF		
				562210	BISTP OGE STD	13.542.450,40	
				562220	BE OGE STD	2.243.104.581,67	
				562230	BE OGE USD	24.586.022,36	
					BE OGE EURO	33.483.660,00	
					SOMA	2.314.716.714,43	3.831.293.021,85
	TOTAL GERAL ORIGEM		14.647.572.260,87		TOTAL GERAL APLICAÇÃO		14.647.572.260,87

Quadro de demonstração da situação financeira, em 31 de Dezembro de 2012

1960000	RECEITA CAMBIAL						
	OGE	-					
	RECEITA CAMBIAL COFRE	5.663.111,36					
	SOMA	5.663.111,36	5.663.111,36				
				332	OGE		
				332121	Serviços		
				332122	Serviço de Comunicação - Recarga	71.800.000,00	
				332123 (332120)	Comunicação Recarga - Telf. Fixo residêr	6.000.000,00	
					Serviço de Comunicação (Correios)	9.074.200,00	
					SOMA OGE	86.874.200,00	86.874.200,00
				3322	Outros Serviços de Terceiros		
					OGE		
				332220	Manut. Conservação do Edifício	46.532.749,96	
				332221	Manut. Conservação do Apar de Ar Cond	77.241.000,00	
				332222	Manut. Conservação do Equip. Informátic	21.670.000,00	
				332222	Manut. Conservação do Transporte	115.849.000,00	
				332240	Serviços bancários	36.477.329,00	
				332410	Bilhete de Passagem	164.490.748,36	
				332420	Subsídio de Deslocação	577.584.889,20	
					SOMA OGE	1.039.845.716,52	
					COFRE		
				332220	Manut. Conservação do Edifício	-	
				332221	Manut. Conservação do Apar de Ar Cond	-	
				332222	Manut. Conservação do Equip. Informátic	-	
				332223	Manut. Conservação de Transporte	3.790.000,00	
				332240	Serviços bancários	8.945.928,79	
				332250	Representação dos serviços	1.050.000,00	
					Encargos C/ Viagens(Deslocações)	-	
				332430	Missão no Exterior	117.477.568,90	
				332450	Actividades do Aniversário	31.234.250,00	
				332460	Publicação do Relatório TC	6.869.500,00	
					SOMA Cofre	169.367.247,69	1.209.212.964,21
				35	Subsídios e Transfer. correntes	-	
					OGE		
				352610	Transfer. Correntes p/ Org. Intern.	59.060.047,00	
				353200	Despesa de Caracter Reservado	100.800.000,00	
				353310	Subsídio habitaci. (renda casa)	-	
				353320	Subsídio de Água e Energia	15.000.000,00	
				353900	Outras Desp. Corr. Divers - Auditoria	116.447.850,00	
					SOMA35 OGE	291.307.897,00	291.307.897,00
				36	Despesas de Exercícios anteriores	-	
					OGE		
				361000	Despesas ano econ. findos	526.437.936,74	
					COFRE		
					Despesas ano econ. findos	185.130.445,00	
					SOMA	711.568.381,74	711.568.381,74
				39	Despesas Cambiais		
				396000	Despesas Cambiais OGE	91.647,66	

Disponibilidade nos Bancos em 31/12/2012			Despesas Acumuladas por pagar em 31/12/2012			
I- Depósito à Ordem	Valor	Contravalor	Descrição	Período	Moeda Estrangeira	Contravalor
BISTP OGE - STD C/N.º 1280460 10001	13.542.450,40	13.542.450,40	I- Despesas Correntes e de Investimento			
BISTP OGE - EURO C/N.º 1280460 10003	0,00	0,00	*Quota Internacional com AISCOUF	2008 a 2011	Euro 3048,8	74.695.600,00
BISTP OGE - USD C/N.º 1280460 10002	0,00	0,00	*Quota Internacional com AFROSAI	2009 a 2011	USD 3000,00	55.407.183,90
BE OGE - STD C/N.º 184760 10001	2.243.104.581,67	2.243.104.581,67	*Quota Internacional com AISCOUF	2012	Euro 762,20	18.673.900,00
BE OGE - USD C/N.º 184760 10002	1.331,59	24.586.022,36	*Subsídio de Férias - via OGE	Dez-12		147.436.990,53
BE OGE - EURO C/N.º 184760 10003	1366,68	33.483.660,00	IRS Subsídio de Férias - via OGE	Dez-12		17.647.357,07
SOMA OGE		2.314.716.714,43	*50% Aquis. peça viatu.63-30 G- CFAO	Dez-12		7.050.000,00
BISTP Cofre - STD C/N.º 1351509 10001	6.732.078,20	6.732.078,20	*Montagem da peça pela CFAO Motors	Dez-12		3.450.000,00
BISTP Cofre - Euro C/N.º 1351509 10002	0,00	0,00	* 5% de Consu. na Fat. CFAO Motors	Dez-12		160.000,00
BISTP Cofre - USD C/N.º 1351509 10003	1.869,35	34.525.139,74	*50% Despesa na aquisição Software	Dez-12		15.925.000,00
BE Cofre - STD C/N.º 169737 10001	157.834.442,89	157.834.442,89	*Contratação de um Advogado- Dr. Ângelo Bonfim	Dez-12		6.000.000,00
BE Cofre - EURO C/N.º 169737 10002	427,31	10.469.095,00	*CST - Comunicação			
BE Cofre - USD C/N.º 169737 10 003	16.628,10	307.015.551,59	*Internet ADSL-227114- Fat. F511138	Dez-12	Euro 315,00	7.717.500,00
SOMA COFRE		516.576.307,42	*Comun. rede móvel - Fatura M26811	Dez-12		6.056.161,00
			*Com. Serv fixo / fax - 242500/2226770	Dez-12		10.218.653,00
			*Comu. Serv fixo- 2223448- F512593	Dez-12		222.600,00
			Emae - Água e Energia			
			*Refª 10 08 03 0200 2	Dez-12		56.637.418,00
			*Refª 10 08 01 1050 2	Dez-12		161.616,00
			*Refª 1051958502	Dez-12		5.680.985,00
Sub - Total-1		2.831.293.021,85	Total de despesas por pagar (B)			433.140.964,50
II- Depósito à Prazo			Total Despesa por pagar - Cofre (B1)			
BE Cofre - STD C/N.º 169737 20 003	1.000.000.000,00	1.000.000.000,00	Despesa por pagar pelo OGE (B2)			
Sub - Total-2		1.000.000.000,00				
III - Outras Disponibili// previstas			Saldo Final (A-B)			
1-Transferência a receber OGE /Tesouro	0,00	0,00	3.398.125.057,35			
2- Juro Depósito a Prazo BE - COFRE: STD C/N.º 169737 20 001	0,00	0,00	Total			
Sub - Total-3		0,00	3.831.293.021,85			
Total de Disponibilidade Previstas (A)		3.831.293.021,85				
Taxa de Câmbio		Compra UDS	Venda USD			
BE		18.463,66	19.208,87			
BISTP		18.469,06	19.207,82			

Tribunal de Contas – Inventário 31 de Dezembro de 2012

TRIBUNAL DE CONTAS		INVENTÁRIO		31-12-2012		
N/O	Designação	Data Aquisição	Quantific	P.Unitário	P.Total/valor aquis.	Estado de conservação
1	Gabinete do Presidente					
1.1	Secretaria Maple Americano c/canto Bloco de Gav.	20-06-2003	1	10.300.000,00	10.300.000,00	Regular
1.2	Armário em Persiana Maple Americano	20-06-2003	1	3.800.000,00	3.800.000,00	Regular
1.3	Cadeiras Giratorias Executivas	09-11-2009	1	2.750.000,00	2.750.000,00	Regular

4.2	Armário em Persiana Perreiro	20-06-2003	1	3.800.000,00	3.800.000,00	Regular
4.3	Cadeira costa alta 3010/já Preta	20-06-2003	1	1.930.000,00	1.930.000,00	Mau
4.4	Aparelho de ar Condicionado 1200 btus	03-07-2003	1	6.650.000,00	6.650.000,00	Mau
4.5	Cadeira de atendimento tulipa	20-06-2003	2	690.000,00	1.380.000,00	Regular
4.6	Cesto de papel	20-06-2003	1	220.000,00	220.000,00	Regular
4.7	Tapete Oziris	19-06-2003	1	1.500.000,00	1.500.000,00	Mau
4.8	Cofre Ref# 6642 Segredo Americano	04-04-2005	1	20.230.034,55	20.230.034,55	Regular
4.9	ImpressorasLexm Ark E 232	10-11-2006	1	8.018.551,00	8.018.551,00	Regular
4.10	Telefone(RDIS Top Executivo Plus)	28-04-2004	1	2.025.374,55	2.025.374,55	Regular
4.11	Cortinado	20-06-2003	1	950.000,00	950.000,00	Regular
4.12	Carimbo Manual	20-06-2003	3	130.000,00	390.000,00	Regular
4.13	Furador	09-09-2003	1	400.000,00	400.000,00	Regular
4.14	Frigorifico	28-06-2004	1	1.805.000,00	1.805.000,00	Regular
4.15	Armario	21-10-2004	1	6.000.000,00	6.000.000,00	Regular
4.16	Estensões de Energia	19-08-2003	1	65.000,00	65.000,00	Regular
4.17	Armario c/portas de Chapa Persiana	27-04-2005	1	5.300.000,00	5.300.000,00	Regular
4.18	Carimbo Manual Ref# 21	25-08-2006	4	300.000,00	1.200.000,00	Regular
4.19	Carimbo Manual Ref# 14	25-08-2006	1	250.000,00	250.000,00	Regular
4.20	Suzuki Jimny -STP-63-29G	28-06-2006	1	245.140.000,00	245.140.000,00	Bom
4.21	Pen Drive 512 MB Twinmos	30-08-2006	1	845.000,00	845.000,00	Regular
4.22	impressora Lazer OKI 5600	10-11-2006	1	8.018.551,00	8.018.551,00	Regular
4.23	Pré-Sinalização	13-03-2008	1	250.000,00	250.000,00	Regular
4.24	Carimbo ref# 46040	11-12-2008	1	504.000,00	504.000,00	Regular
4.25	Materiais desportivo - (camisolas(16) - bola (1) -	26-10-2010	1	4.800.000,00	4.800.000,00	Regular
4.26	Amplificador/Coluras	15-12-2009	1	8.677.508,00	8.677.508,00	Regular
4.27	Carimbo Manual Re# 14/010 Car(Visto)	20-06-2003	1	165.000,00	165.000,00	Regular
4.28	Carimbo de Isento de Visto	05-12-2003	1	130.000,00	130.000,00	Regular
4.29	Almofada de Carimbo	25-11-2003	1	35.000,00	35.000,00	Regular
4.30	Carimbo de Visto(Suplente)	05-12-2003	1	130.000,00	130.000,00	Regular
4.31	Carimbo Manual Secretária do TC (CB40x40 AZ)	27-03-2012	1	435.000,00	435.000,00	Bom
4.32	Carimbo Manual Secretária do TC (CB34x58 AZ)	27-03-2012	1	440.000,00	440.000,00	Bom
4.33	Carimbo Manual Secretária do TC (CB 27x70 AZ)	27-03-2012	1	475.000,00	475.000,00	Bom
4.34	UPS APC 1500 VA - (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.877.120,76	9.877.120,76	Bom
4.35	Computador ASUS (CP 6230 - PT67) core i3 Mor	03-10-2012	1	16.900.000,00	16.900.000,00	Bom
4.36	Pen drive	05-11-2012	1	350.000,00	350.000,00	Bom
4.37	Extensão de energia	11-06-2012	1	245.980,00	245.980,00	Bom
4.38	viatura Marca FORD FOCUS - STP 62 - 18Q	31-12-2012	1	395.250.000,00	395.250.000,00	Bom
	SOMA.....				763.382.119,86	
5	Gabinete do Procurador					
5.1	Conjunto Secretaria Pereiro	20-06-2003	1	6.900.000,00	6.900.000,00	Regular
5.2	Armario 65283.02	20-06-2003	1	3.800.000,00	3.800.000,00	Regular
5.3	Cadeiras 3010/já	20-06-2003	1	1.930.000,00	1.930.000,00	Mau
5.4	Tapete grauvisir 190x280	19-06-2003	1	1.500.000,00	1.500.000,00	Mau
5.5	Telefone(RDIS Top Executivo Plus-400)	24-09-2007	1	2.623.907,00	2.623.907,00	Regular
5.6	Cortinado	20-06-2003	1	950.000,00	950.000,00	Regular
5.7	Cadeiras 2204 para atendimento	08-07-2004	2	1.200.000,00	2.400.000,00	Regular
5.8	Aparelho de ar Condicionado 1200 btus LG	24-11-2005	1	7.500.000,00	7.500.000,00	Mau
5.9	Computador-Dell,Modelo OptiPlex Gx280 170L S	04-04-2005	1	15.401.548,65	15.401.548,65	Regular
5.10	UPS APC BACKUPS 500VA	04-04-2005	1	1.496.306,51	1.496.306,51	Regular
5.11	Impressora Hp Lasejet 2420	04-04-2005	1	8.018.511,41	8.018.511,41	Regular
5.12	Frigorifico	28-06-2004	1	1.805.000,00	1.805.000,00	Regular
5.13	Cesto de Lixo	09-07-2004	1	350.000,00	350.000,00	Regular
5.14	Estensões de Energia	19-08-2003	1	65.000,00	65.000,00	Regular
5.15	Pen Drive 1GB	27-06-2007	1	595.000,00	595.000,00	Regular
	SOMA.....				65.336.273,67	
6	Sala de reunião					
6.1	Mesa de reunião Cinza 3000x1200 12PAX	20-06-2003	1	8.300.000,00	8.300.000,00	Regular
6.2	Cadeiras 2204 p/ mesa de reunião	20-06-2003	8	690.000,00	5.520.000,00	Regular
6.3	Telefone Ref# Belcom-Rdis"Plus" Digi-A Insp. K.M	20-06-2003	1	667.705,00	667.705,00	Regular
6.4	Cortinado	20-06-2003	4	950.000,00	3.800.000,00	Regular
6.5	Quadro	21-05-2004	1	2.800.000,00	2.800.000,00	Regular
6.6	Maquina Fotocopiadora KM-2530-Mita	04-04-2005	1	43.058.173,52	43.058.173,52	Regular
6.7	Mapa de Projector-Tela para projectar	04-05-2005	1	2.172.000,00	2.172.000,00	Regular
6.8	Ar Condicionado 1200 btus	25-05-2007	1	8.905.000,00	8.905.000,00	Regular
	SOMA.....				75.222.878,62	
7	Director do Gabinete do Presidente					
7.1	Secretaria Cinza c/canto e bloco de gaveta	20-06-2003	1	6.500.000,00	6.500.000,00	Regular
7.2	Cadeira Costa Media	20-06-2003	1	1.352.000,00	1.352.000,00	Mau
7.3	Cesto de Papel	20-06-2003	1	220.000,00	220.000,00	Regular
7.4	Tapete grauvisir 190x280	20-06-2003	1	1.500.000,00	1.500.000,00	Mau
7.5	Computadores ACER	10-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Regular
7.6	Telefone Ref# Belcom-Rdis"Plus" 80C 24TUX/W	20-06-2003	1	3.099.849,35	3.099.849,35	Regular
7.7	Estensões de Energia	27-04-2005	3	40.000,00	120.000,00	Regular
7.8	Suzuki Jimny -STP-63-27G	28-06-2006	1	245.140.000,00	245.140.000,00	Bom
7.9	Ar Condicionado-SPLIT LG 12000 BTU	08-06-2007	1	9.189.500,00	9.189.500,00	Regular
.10	Fotocopiadora Nashuatec 2205	20-06-2003	1	50.322.767,70	50.322.767,70	Regular
.11	Pré-Sinalização	13-03-2008	1	250.000,00	250.000,00	Regular
.12	Fotocopiadora SHAP AR -516	19-06-2006	1	42.638.910,00	42.638.910,00	Regular
.13	Almofada para carimbo	16-06-2010	1	110.000,00	110.000,00	Regular
.14	impressora 4500 - (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	2.439.946,33	2.439.946,33	Bom
.15	UPS - apc Power - Saving Back UPS pro 1500 - (10-10-2012	1	13.000.000,00	13.000.000,00	Bom
	SOMA.....				385.020.307,38	
8	Sala da Secretária/Assessores					
.1	Secretaria Cinza c/canto e bloco de gaveta	20-06-2003	1	6.500.000,00	6.500.000,00	Regular
.2	Secretaria Cinza c/canto e bloco de gaveta-65003.	15-11-2004	1	3.700.000,00	3.700.000,00	Regular

8.3	Cadeiras Topésio	27-04-2005	1	2.050.000,00	2.050.000,00	Regular
8.4	Cadeira Costa Media	20-06-2003	1	1.352.000,00	1.352.000,00	Mau
8.5	Cadeira Costa Media-Profile	15-11-2004	1	1.850.000,00	1.850.000,00	Regular
8.6	Cesto de Papel	21-05-2004	1	40.000,00	40.000,00	Regular
8.7	Telefone Refª Belcom-Rdis"Plus 800 24TUX/W	20-06-2003	1	667.707,00	667.707,00	Regular
8.8	Estensões de Energia	19-08-2003	1	35.000,00	35.000,00	Regular
8.9	Agrafador	20-04-2006	1	90.000,00	90.000,00	Mau
8.10	Furador	09-09-2003	1	400.000,00	400.000,00	Regular
8.11	Carimbo de Entrada	05-07-2003	1	130.000,00	130.000,00	Regular
8.12	Almofada de Carimbo	25-11-2003	1	35.000,00	35.000,00	Regular
8.13	Armario em chapa correr	20-06-2003	1	3.500.000,00	3.500.000,00	Regular
8.14	Aparelho de ar Condicionado	20-06-2003	1	5.650.128,00	5.650.128,00	Regular
8.15	Aparelho de Fax Sansung SF 330	20-06-2003	1	6.685.740,00	6.685.740,00	Mau
8.16	Frigorífico (Medio)	23-06-2004	1	4.260.000,00	4.260.000,00	Regular
8.17	Pen Drive	12-11-2007	1	410.000,00	410.000,00	Regular
8.18	UPS - APC- 800VA	22-09-2010	1	3.000.000,00	3.000.000,00	Regular
8.19	Computador-Dell,Modelo OptiPlex Gx280 170L S	04-04-2005	1	15.401.548,65	15.401.548,65	Regular
8.20	Album de foto para TC	04-02-2011	1	800.000,00	800.000,00	Regular
8.21	Computador ASUS (CP 6230 - PT07) core i3 Mon	03-10-2012	1	16.900.000,00	16.900.000,00	Bom
8.22	Impressora HP Laserjet P1102W Pro/PB-A4/8MB/	11-07-2012	1	4.525.000,00	4.525.000,00	Bom
8.23	UPS - APC SMT 1500 VA LCD - (Empresa CIEM)	19-11-2012	1	11.212.700,00	11.212.700,00	Bom
	SOMA.....				89.194.823,65	
9 Recepção/Presidente						
9.1	Mesa do Computador	27-10-2004	1	2.000.000,00	2.000.000,00	Regular
9.2	Telefone Refª Belcom-Rdis "Plus" 12TX/W-400	23-04-2004	1	2.025.374,55	2.025.374,55	Regular
9.3	Ventoinha	13-10-2009	1	750.000,00	750.000,00	Regular
9.4	Cadeiras 2204 p/atendimento	20-06-2003	2	690.000,00	1.380.000,00	Regular
9.5	Cadeira Topezio	20-06-2003	1	1.200.000,00	1.200.000,00	Mau
9.6	Cesto de Papel	20-06-2003	1	220.000,00	220.000,00	Regular
9.7	Vasos de Flor	17-12-2008	4	420.000,00	1.680.000,00	Regular
9.8	Impressora HP 4700 - Ligada a Rede	27-09-2011	1		0,00	Bom
	SOMA.....				9.255.374,55	
10 SEGURANÇA						
10.1	Mesa de Computador	15-04-2004	1	2.500.000,00	2.500.000,00	Regular
10.2	Telefone	20-06-2003	1	667.707,00	667.707,00	Regular
10.3	Televisor(Ecram de Vigilancia)	26-06-2004	1	2.958.924,00	2.958.924,00	Regular
10.4	Cadeiras 2204 p/ mesa de reunião	20-06-2003	3	690.000,00	2.070.000,00	Regular
10.5	Video Gravador CDR	09-03-2005	1	15.300.000,00	15.300.000,00	Regular
10.6	Transformadores(Bateria de Emergencia)	23-03-2004	3	568.337,00	1.705.011,00	Regular
10.7	I/F(para busca externa, PORTEIRO E ALARME E)	21-04-2004	1	2.683.688,00	2.683.688,00	Regular
10.8	Central de PBX(I/F PARA 4 BRI(T/S)	29-03-2004	1	9.395.119,00	9.395.119,00	Regular
10.9	Central de PBX(I/F PARA 4 ANALÓGICA)	29-03-2004	1	4.229.028,00	4.229.028,00	Regular
10.10	Sistema de Videio porteiro	21-04-2004	1	7.152.750,00	7.152.750,00	Regular
10.11	Estensões de Energia	19-08-2003	2	35.000,00	70.000,00	Regular
10.12	Computadores ACER Power(1GB-19Poleg	03-12-2007	1	25.856.539,23	25.856.539,23	Regular
10.13	Agrafador	03-08-2007	1	190.000,00	190.000,00	Regular
10.14	Furador	03-08-2007	1	280.000,00	280.000,00	Regular
10.15	UPS para o Sistema Telefonico do T Contas	01-08-2011	1	7.350.000,00	7.350.000,00	Bom
10.16	Estante Simples	20-06-2003	1	2.300.000,00	2.300.000,00	Regular
10.17	Aparelho de ar condicionado para sala para que é	19-07-2012	1	14.356.000,00	14.356.000,00	Bom
	SOMA.....				99.064.766,23	
Chefe de Repartição Administrativa						
11	Secretária c/Bloco Fixo Melamina Cinza	20-06-2003	1	4.040.000,00	4.040.000,00	Regular
11.1	Carimbo Automático Refª 46045 (Tribunal de Cont	12-09-2003	1	315.000,00	315.000,00	Regular
11.2	Calculadora 12 dígitos BT-2500	27-05-2008	1	200.000,00	200.000,00	Regular
11.3	Suzuki Jimny -STP-63-30G - expidiente	23-06-2006	1	245.140.000,00	245.140.000,00	Bom
11.4	Aquisição de cestos de lixo	15-06-2011	1	60.000,00	60.000,00	Regular
11.5	Impressora HP 4700 - Ligada a Rede	27-09-2011	1			Bom
11.6	Estante Simples	20-06-2003	1	2.300.000,00	2.300.000,00	Regular
11.7	Secretarias	09-11-2009	1	2.800.000,00	2.800.000,00	Regular
11.8	Armário Chapas Simples preto	20-06-2003	1	3.000.000,00	3.000.000,00	Regular
11.9	Calculadora CANON - 12 dígitos visor+apel 2 cor	20-06-2003	1	1.275.000,00	1.275.000,00	Regular
11.10	Maquina DYMO(Registro de Inventario)	11-05-2007	1	650.000,00	650.000,00	Regular
11.11	Telefone(RDIS Executivo Plus 800)	23-04-2004	1	2.025.374,55	2.025.374,55	Regular
11.12	Estante Simples	20-06-2003	1	2.300.000,00	2.300.000,00	Regular
11.13	Computador DELL GX520	10-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Regular
11.14	Impressora HP Laserjet P1102W Pro/PB-A4/8MB/	11-07-2012	1	4.525.000,00	4.525.000,00	Bom
11.15	Guarda chuvas	12-11-2012	2	100.000,00	200.000,00	Bom
11.16	Carimbo manual para Repartição Administrativo e	13-06-2012	1	435.000,00	435.000,00	Bom
11.17	UPS APC SMT 1500 VA LCD - (Empresa CIEM)	26-12-2012	1	11.212.700,00	11.212.700,00	Bom
	SOMA.....				289.615.408,55	
12 Serviço Administrativa I						
12.1	Cadeiras Topésio c/rodas	20-06-2003	1	1.352.000,00	1.352.000,00	Regular
12.2	Secretárias com Bloco Fixo Melamina Cinza	20-06-2003	1	4.040.000,00	4.040.000,00	Regular
12.3	Computador DELL	10-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Mau
12.4	UPS-APC BR 1000VA	04-05-2005	1	3.000.000,00	3.000.000,00	Regular
12.5	Carimbo Manual Refª 11(Dospensado de Visto)	20-06-2003	1	163.200,00	163.200,00	Regular
12.6	Cesto de Lixo	20-06-2003	1	220.000,00	220.000,00	Regular
12.7	Furador	09-09-2003	1	400.000,00	400.000,00	Regular
12.8	Secretaria Castanha 1400x800 Pereirro	27-04-2005	1	5.260.000,00	5.260.000,00	Regular
12.9	Tesoura	30-10-2003	1	30.000,00	30.000,00	Regular
12.10	Estensões de Energia	19-08-2003	1	65.000,00	65.000,00	Regular
12.11	Telefone - Beltronica	20-06-2003	1	667.707,00	667.707,00	Regular
12.12	Impressora Hp Lasejet 5600	10-11-2006	1	8.018.551,00	8.018.551,00	Avariado
12.13	Computador HP 320Gb de disco, TFT 19	15-07-2011	1	24.990.000,00	24.990.000,00	Bom

12.14	COMPUTADOR HP (P6-2012PT) core i3 4 GB Mc	03-10-2012	1	16.900.000,00	16.900.000,00	Bom
12.15	Impressora HP Laserjet P1102W Pro/PB-A4/8MB/	11-07-2012	1	4.525.000,00	4.525.000,00	Bom
12.16	Software de gestão orçamental	27-12-2012	1	15.925.000,00	15.925.000,00	Bom
	SOMA.....				94.693.792,00	
13	Serviço Administrativo II					
13.1	Secretárias com Bloco Fixo Melamina Cinza	20-06-2003	1	4.040.000,00	4.040.000,00	Regular
13.2	Cadeiras c/rodas Costa Media Topézio	20-06-2003	1	1.200.000,00	1.200.000,00	Regular
13.3	Armário Chapas Simples	20-06-2003	1	4.600.000,00	4.600.000,00	Regular
13.4	Cadeiras Topézio	27-04-2005	1	2.050.000,00	2.050.000,00	Regular
13.5	Secretaria Castanha 1400x800 Pereirro	27-04-2005	1	5.260.000,00	5.260.000,00	Regular
13.6	Calculadora 12 dígitos BT-2500	27-05-2008	1	200.000,00	200.000,00	Regular
13.7	Telefone - Beltronica	20-06-2003	1	667.707,00	667.707,00	Regular
13.8	Frigorífico (Medio)	28-06-2004	1	4.260.000,00	4.260.000,00	Regular
13.9	Cesto de Lixo	21-05-2004	1	40.000,00	40.000,00	Regular
13.10	Placas de Identificação	01-06-2004	1	371.200,00	371.200,00	Regular
13.11	Carimbo de Entrada	05-07-2003	1	130.000,00	130.000,00	Regular
13.12	Almofada de Carimbo	25-11-2003	1	35.000,00	35.000,00	Regular
13.13	Impressora Hp Lasejet 2420	04-04-2005	1	8.018.511,41	8.018.511,41	Regular
13.14	Secretária c/Bloco Fixo Melamina Cinza	20-06-2003	1	4.040.000,00	4.040.000,00	Regular
13.15	Cadeiras Topézio c/rodas S/ braço	09-08-2005	1	1.900.000,00	1.900.000,00	Regular
13.16	Cesto de Papel	20-06-2003	1	220.000,00	220.000,00	Regular
13.17	Vaso de Flor	29-05-2006	1	80.000,00	80.000,00	Regular
13.18	Computador DELL GX 520	10-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Regular
13.19	Cesto de Papel	17-09-2008	1	130.000,00	130.000,00	Regular
13.20	Computadores ACER Power(1GB-19Poleg	03-12-2007	1	25.856.539,23	25.856.539,23	Regular
13.21	Vaso de Flor	29-05-2004	2	80.000,00	160.000,00	Regular
13.22	Maquina de Encadernação	12-10-2007	1	5.500.000,00	5.500.000,00	Regular
13.23	UPS APC 1500 VA - (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.877.120,76	9.877.120,76	Bom
13.24	Ratos USB Genius Netscroll 100x ccm fio	21-09-2012	1	280.000,00	280.000,00	Bom
13.25	Teclado USB Genius KB - 110X	21-09-2012	1	350.000,00	350.000,00	Bom
13.26	Aparelho de ar condicionado A/C LG SPLIT BTU1E	31-12-2012	1	20.100.000,00	20.100.000,00	Bom
	SOMA.....				108.503.412,40	
15	Chefe de Repartição de Fiscalização Prévia					
15.1	Secretária c/Bloco Fixo Melamina Cinza	20-06-2003	1	4.040.000,00	4.040.000,00	Regular
15.2	Cadeiras Topézio c/rodas	20-06-2003	1	1.352.000,00	1.352.000,00	Regular
15.3	Armário Chapas Simples	20-06-2003	1	3.000.000,00	3.000.000,00	Regular
15.4	Impressora Hp Lasejet 2300	20-06-2003	1	9.824.735,80	9.824.735,80	Regular
15.5	Computador DELL GX520	10-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Mau
15.6	Calculadora 12 dígitos visor+apel 2 cores	20-06-2003	1	1.275.000,00	1.275.000,00	Regular
15.7	Telefone plus 400	02-08-2007	1	2.556.000,00	2.556.000,00	Regular
15.8	Armario c/portas de Clapa	27-04-2005	1	5.300.000,00	5.300.000,00	Regular
15.9	Estensões de Energia	03-09-2003	1	48.000,00	48.000,00	Regular
15.10	Cadeiras de Visitante	15-03-2007	1	1.250.000,00	1.250.000,00	Regular
15.11	Mesa de Computador	27-10-2004	1	2.000.000,00	2.000.000,00	Regular
15.12	Ar Condicionado (Chulan 9.000 Btus)	07-08-2009	1	13.100.000,00	13.100.000,00	Regular
15.13	PEN DRIVE	08-04-2010	1	480.000,00	480.000,00	Regular
15.14	Aquisição de cestos de lixo	15-06-2011	1	60.000,00	60.000,00	Regular
15.15	UPS - apc Power - Saving Back UPS pro 1500 - (10-10-2012	1	13.000.000,00	13.000.000,00	Bom
15.16	Carimbo manual para Repartição de Fiscalização	13-06-2012	1	435.000,00	435.000,00	Bom
	SOMA.....				65.858.069,80	
16	Repartição de Fiscalização Prévia					
16.1	Secretárias com Bloco Fixo Melamina Cinza	20-06-2003	5	4.040.000,00	20.200.000,00	Regular
16.2	Telefone	20-06-2003	1	667.707,00	667.707,00	Regular
16.3	Cesto de Lixo	21-05-2004	1	40.000,00	40.000,00	Regular
16.4	Impressora Hp Lasejet 2300	20-06-2003	1	9.824.735,80	9.824.735,80	Regular
16.5	Ar Condicionado	02-05-2004	1	11.500.000,00	11.500.000,00	Regular
16.6	Armario c/portas de Clapa	27-04-2005	1	5.300.000,00	5.300.000,00	Regular
16.7	Cadeiras c/rodas Costa Media Topézio	27-04-2005	2	2.050.000,00	4.100.000,00	Regular
16.8	UPS APC BACKUPS 500VA	04-04-2005	1	1.496.306,51	1.496.306,51	Regular
16.9	UPS APC BACKUPS 500VA	04-04-2005	1	1.496.306,51	1.496.306,51	Regular
16.10	UPS APC BACKUPS 500VA	04-04-2005	1	1.496.306,51	1.496.306,51	Regular
16.11	Placas de Identificação	01-06-2004	1	371.200,00	371.200,00	Regular
16.12	Estensões de Energia	06-08-2008	2	180.000,00	360.000,00	Regular
16.13	Furador	09-09-2003	1	400.000,00	400.000,00	Regular
16.14	Agrafador	20-04-2006	1	90.000,00	90.000,00	Mau
16.15	Secretárias com Bloco Fixo Melamina Cinza	10-04-2007	1	5.600.000,00	5.600.000,00	Regular
16.16	Cadeiras c/rodas Costa Media Topézio	10-04-2007	1	2.950.000,00	2.950.000,00	Regular
16.17	Blocos de gavetas c/rodas	12-04-2007	1	4.800.000,00	4.800.000,00	Regular
16.18	Computadores ACER Power(1GB-19Poleg	03-12-2007	1	25.856.539,23	25.856.539,23	Regular
16.19	Computador DELL	10-11-2006	2	9.137.334,00	18.274.668,00	Mau
16.20	Computador -Dell - Monitor samsung	10-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Mau
16.21	UPS 500 VGA Inforsec X 25004 Prises	22-09-2010	4	2.150.000,00	3.600.000,00	Regular
16.22	cadeira encosto com braço preta - giratório	09-11-2009	1	2.250.000,00	2.250.000,00	Regular
16.23	Secretaria Castanha 1400x800 Pereirro	27-04-2005	1	5.260.000,00	5.260.000,00	Regular
16.24	UPS APC 1500 VA - (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.877.120,76	9.877.120,76	Bom
16.25	COMPUTADOR HP (P6-2012PT) core i3 6 GB Mc	03-10-2012	1	23.765.000,00	23.765.000,00	Bom
16.26	Varões e sanefas para cortinado	18-05-2012	2	750.000,00	1.500.000,00	Bom
16.27	Impressora HP Laserjet P1102W Pro/PB-A4/8MB/	11-07-2012	1	4.525.000,00	4.525.000,00	Bom
16.28	Kit de Virtualização (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.170.598,50	9.170.598,50	Bom
16.29	Kit de Virtualização (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.170.598,50	9.170.598,50	Bom
	SOMA.....				198.079.421,32	
17	Chefe de Repartição de Fiscalização Sucessiva					
17.1	Cadeiras Topézio c/rodas	20-06-2003		1.352.000,00	1.352.000,00	Mau
17.2	Secretaria 1400x800 Pereiro Blocos s/gavetas waç	10-04-2007	1	5.600.000,00	5.600.000,00	Regular
17.3	Telefone(RDIS Executivo Plus 800)	20-06-2003				

7.4	Ar Condicionado - 12000BTU marca LG	05-03-2008	1	8.350.000,00	8.350.000,00	Regular
7.5	Armário Chapas Simples -Preto	27-04-2005	1	5.300.000,00	5.300.000,00	Regular
7.6	Armario Simples em Chapas	27-04-2005	1	5.300.000,00	5.300.000,00	Regular
7.7	Blocos de gavetas c/rodas	12-04-2007	1	4.800.000,00	4.800.000,00	Regular
7.8	Armário Chapas Simples - Preto	23-06-2003	1	3.000.000,00	3.000.000,00	Regular
7.9	Computador DELL	13-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Mau
7.10	Calculadora 12 dígitos visor+apel 2 cores	23-06-2003	1	1.275.000,00	1.275.000,00	Regular
7.11	Cesto de Lixo	21-05-2004	1	40.000,00	40.000,00	Regular
7.12	Mesa de Computador	09-08-2005	1	1.900.000,00	1.900.000,00	Regular
7.13	Cadeiras de Visitante	15-03-2007	1	1.250.000,00	1.250.000,00	Regular
7.14	UPS - MUSTK 800VA	22-09-2010	1	3.000.000,00	3.000.000,00	Avariado
7.15	Ficha tripla (extensão)	02-11-2010	1	180.000,00	180.000,00	Regular
7.16	Agrafador	03-08-2007	1	190.000,00	190.000,00	Regular
7.17	Aquisição de cestos de lixo	15-06-2011	1	60.000,00	60.000,00	Regular
7.18	Carimbo manual para Repartição de Fiscalização	13-06-2012	1	435.000,00	435.000,00	Bom
7.19	Portatil - Notebook hp core i3 380/2.53 Ghz, RAM	03-10-2012	1	18.375.000,00	18.375.000,00	Bom
7.20	Extensão de energia - RFS	17-04-2012	1	150.000,00	150.000,00	Bom
	SOMA.....				71.719.708,55	
18	Repartição de Fiscalização Sucessiva					
18.1	Secretárias com Bloco Fixo Melamina Cinza	23-06-2003	4	4.040.000,00	16.160.000,00	Regular
18.2	Secretaria Castanha 1400x800 Pereiro	27-04-2005	3	5.260.000,00	15.780.000,00	Regular
18.3	Cadeiras c/rodas Costa Media Topézio	23-06-2003	3	1.200.000,00	3.600.000,00	Regular
18.4	Computador-Dell,Modelo OptiPlex Gx280 170L S	04-04-2005	1	15.401.548,65	15.401.548,65	Regular
18.5	Telefone	23-06-2003	1	667.707,00	667.707,00	Regular
18.6	Furador	09-09-2003	1	400.000,00	400.000,00	Regular
18.7	Placas de Identificação	01-06-2004	1	371.200,00	371.200,00	Regular
18.8	Cadeiras c/rodas Costa Media Topézio	23-05-2006	1	2.800.000,00	2.800.000,00	Regular
18.9	Extensões de Energia	19-08-2003	2	65.000,00	130.000,00	Regular
18.10	Calculadora 12 dígitos	07-06-2006	2	250.000,00	500.000,00	Regular
18.11	Vaso de Flor	29-05-2004	1	80.000,00	80.000,00	Regular
18.12	Secretaria bloco gavetas	09-11-2009	3	3.100.000,00	9.300.000,00	Regular
18.13	UPS Mustek Power MUSTEK (630VA) 2012USB	22-09-2010	2	3.950.000,00	7.900.000,00	Regular
18.14	UPS 500 VGA Inforsec X 25004 Prises	22-09-2010	1	2.150.000,00	2.150.000,00	Regular
18.15	Impressora Hp Lasejet 2300	23-06-2003	1	9.824.735,80	9.824.735,80	Regular
18.16	Portatil 60 Gb	13-11-2006	1	36.560.983,00	36.560.983,00	Regular
18.17	Portatil-IBM	19-06-2006	1	36.560.983,00	36.560.983,00	Regular
18.18	UPS	19-06-2006	1	3.091.840,00	3.091.840,00	Regular
18.19	UPS Mustek 848 VA	02-11-2011	1	3.185.000,00	3.185.000,00	Bom
18.20	Impressora HP Laserjet P1102W Pro/PB-A4/8MB/I	11-07-2012	1	4.525.000,00	4.525.000,00	Bom
18.21	COMPUTADOR HP (P6-2012PT) core i3 6 GB Mc	03-10-2012	1	23.765.000,00	23.765.000,00	Bom
18.22	UPS APC 1500 VA - (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.877.120,76	9.877.120,76	Bom
18.24	Kit de Virtualização (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.170.598,50	9.170.598,50	Bom
18.25	Kit de Virtualização (Empresa CIEM)	22-08-2012	1	9.170.598,50	9.170.598,50	Bom
18.26	Ratos USB Genius Natscroll 100x com fio	21-09-2012	3	280.000,00	840.000,00	Bom
	SOMA.....				221.812.315,21	
19	Gabinete Informático					
19.1	Cadeiras Topézio	23-06-2003	1	1.200.000,00	1.200.000,00	Regular
19.2	Secretária Melamina Cinza	23-06-2003	2	4.040.000,00	8.080.000,00	Regular
19.3	Telefone Refª Belcom-Rdis"Plus" Digi-A Insp. K.M	23-06-2003	1	667.705,00	667.705,00	Regular
19.4	Scanner 4570C	23-06-2003	1	3.616.740,27	3.616.740,27	Mau
19.5	Cesto de lixo	21-05-2004	1	40.000,00	40.000,00	Regular
19.6	Armario Simples em Chapas	27-04-2005	1	5.300.000,00	5.300.000,00	Regular
19.7	Furador	09-09-2003	1	400.000,00	400.000,00	Regular
19.8	Placas de Identificação	01-06-2004	1	371.200,00	371.200,00	Regular
19.9	Extensões de Energia	19-08-2003	1	65.000,00	65.000,00	Regular
19.10	Agrafador	23-04-2006	1	90.000,00	90.000,00	Mau
19.11	Trincha 1/2	27-02-2007	1	25.000,00	25.000,00	Regular
19.12	Video-Projector Epson EMP-TM10	14-05-2005	1	16.091.000,00	16.091.000,00	Regular
19.13	Computador DELL	13-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Mau
19.14	Impressora Lazer OKI 5600	13-11-2006	1	8.018.551,00	8.018.551,00	Mau
19.15	Portatil - "IBM"-	01-12-2006	2	36.560.983,00	73.121.966,00	Mau
19.16	Logiciel "IDEA"	01-12-2006	1	8.381.812,00	8.381.812,00	Mau
19.17	Saca para Portatil	01-12-2006	2	1.510.952,00	3.021.904,00	Regular
19.18	Amovível Chave para "IDEA"	01-12-2006	1		0,00	Regular
19.19	Aspirador Eléctrico	23-10-2009	1	1.800.000,00	1.800.000,00	Mau
19.20	UPS Mustek Power MUSTEK (630VA) 2012USB	22-09-2010	1	3.950.000,00	3.950.000,00	Regular
19.21	HDD HP 300GB 6 SAS 10 K SFF (2,5 - inch) Dual	11-07-2012	1	7.200.000,00	7.200.000,00	Bom
19.22	Antivirus Kaspersky Entreprise Space Security pa	15-08-2012	1	31.500.000,00	31.500.000,00	Bom
19.23	UPS APC SMART 3000 VA - LCD RM2 V(Empre:	22-08-2012	1	40.046.571,00	40.046.571,00	Bom
19.24	COMPUTADOR HP (P6-2012PT) core i3 4 GB Mc	03-10-2012	1	16.900.000,00	16.900.000,00	Bom
19.25	Sistema operativo (Window 7 Profissional)	03-10-2012	4	2.413.250,00	9.653.000,00	Bom
19.26	Adaptadores de ligação ao sistema Kit Virt	13-10-2012	40	50.000,00	2.000.000,00	Bom
19.27	Ar condicionado AC LG SPLIT 12000 BTUS - (HB	23-11-2012	1	14.060.000,00	14.060.000,00	Bom
	SOMA.....				264.737.783,27	
20	Imprensa					
20.1	Cadeiras de Rodas s/Braço	13-03-2007	1	2.950.000,00	2.950.000,00	Regular
20.2	Placas de Identificação	01-06-2004	1	371.200,00	371.200,00	Regular
20.3	Computador DELL	13-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00	Regular
20.4	Extensões de Energia	19-08-2003	1	65.000,00	65.000,00	Regular
20.5	Pen Drive	13-10-2007	1	410.000,00	410.000,00	Regular
20.6	Televisor	31-03-2010	1	2.750.000,00	2.750.000,00	Regular
20.7	Radio Philips	31-03-2010	1	900.000,00	900.000,00	Regular
20.8	Pen Drive	01-04-2010	1	1.200.000,00	1.200.000,00	Regular
20.9	Radio Gravador	03-05-2010	1	400.000,00	400.000,00	Regular
20.10	Telefone Refª Belcom-Rdis"Plus" Digi-A Insp. K.M	23-06-2003	1	667.707,00	667.707,00	Regular
	SOMA.....				18.851.241,00	

21 Sala de Audiência e Julgamento							
21.1	Bandeira Nacional Grande	15-05-2004	3	550.000,00	1.650.000,00		Regul
21.2	Computador-Dell,Modelo OptiPlex Gx280 170L S	04-04-2005	1	15.401.548,65	15.401.548,65		Regu
21.3	Computador Portatil-ACER Travelmat	14-05-2005	1	16.019.000,00	16.019.000,00		Regu
21.4	Ar Condicionado (LG-18000 BTU)	02-08-2007	1	11.250.000,00	11.250.000,00		Regul
21.5	Estrados	15-10-2009	5	2.049.000,00	10.245.000,00		Regul
21.6	Tapete Alcatifa para Estrado (9,5 metros)	30-10-2009	1	5.700.000,00	5.700.000,00		Mai
21.7	Cadeiras Simples	09-11-2009	18	350.000,00	6.300.000,00		Regul
21.8	Secretarias	09-11-2009	6	2.800.000,00	16.800.000,00		Regul
21.9	Cadeiras Giratorias 006	09-11-2009	5	2.250.000,00	11.250.000,00		Regul
21.10	Cadeira costa Alta Executiva S.Miguel	20-06-2003	1	3.700.000,00	3.700.000,00		Mai
21.11	Mesa de Computador	09-11-2009	1	1.950.000,00	1.950.000,00		Regul
21.12	Radio Sony com 3 colunas	12-11-2009	1	11.550.000,00	11.550.000,00		Regul
21.13	Detetores de metais	20-11-2009	2	5.100.000,00	10.200.000,00		Regul
21.14	Microfone Ref. JB-17	20-11-2009	1	2.000.000,00	2.000.000,00		Regul
21.15	Microfone Ref. JB-27	20-11-2009	2	2.600.000,00	5.200.000,00		Regul
21.16	Microfone Ref. DM-1300	20-11-2009	1	1.075.000,00	1.075.000,00		Regul
21.17	Mesa Amplificada Ref.CW-8066	20-11-2009	1	6.950.000,00	6.950.000,00		Regul
21.18	Par Micro S/Fio Ref. UH-925	20-11-2009	1	3.100.000,00	3.100.000,00		Regul
21.19	Quadro de Escultura	26-11-2009	2	800.000,00	1.600.000,00		Regul
21.20	Camara de Filmagem	27-11-2009	1	11.000.000,00	11.000.000,00		Regul
21.21	Cadeira	05-12-2009	12	500.000,00	6.000.000,00		Regul
21.22	Cadeiras	07-12-2009	5	500.000,00	2.500.000,00		Regul
21.23	Tripé de Suporte para Camara de Video	08-02-2010	1	1.715.000,00	1.715.000,00		Regul
21.24	Adorno para Cerimonia	25-05-2003	1	100.000,00	100.000,00		Regul
21.25	Video Projector	19-06-2006	1	29.041.105,00	29.041.105,00		Regul
21.26	Sacas para Documentos	19-11-2009	3	150.000,00	450.000,00		Regul
21.27	Camara de Filmagem	27-11-2009	1	11.000.000,00	11.000.000,00		Regul
21.28	Computador-Dell,Modelo OptiPlex Gx280 170L S -	04-04-2005	1	15.401.548,65	15.401.548,65		Regul
21.29	Varões para sanefas e cortinado - Sala Julgament	06-08-2012	1	1.500.000,00	1.500.000,00		Bom
21.30	ImpressoraMultifunções HP 4500 - (Empresa CIE	22-08-2012	1	2.439.946,33	2.439.946,33		Bom
SOMA.....					223.088.148,63		
22 Outros							
22.1	Cadeiras 2204 p/atendimento	20-06-2003	1	690.000,00	690.000,00		Regul
22.2	Varões 2,20 castanho	20-06-2003	2	580.000,00	1.160.000,00		Regul
22.3	Varões 2,40 castanho	20-06-2003	1	620.000,00	620.000,00		Regul
22.4	Chavenas com Pires	27-10-2003	7	44.286,00	310.002,00		Regul
22.5	Bandeira Nacional Pequena	15-05-2004	6	50.000,00	300.000,00		Regul
22.6	Par de Botin	10-04-2006	1	135.000,00	135.000,00		Regul
22.7	Balde	10-04-2006	1	30.000,00	30.000,00		Regul
22.8	Escada	25-09-2003	1	800.000,00	800.000,00		Regul
22.9	Mastro para Bandeira	07-04-2004	1	3.650.000,00	3.650.000,00		Regul
22.10	Cncha açucar 2625100	27-10-2003	1	7.000,00	7.000,00		Regul
22.11	Travessa	27-10-2003	3	50.000,00	150.000,00		Regul
22.12	Jogo de Toalha de mesa incluindo 12 Guadanapos	19-08-2003	1	470.000,00	470.000,00		Regul
22.13	Jogo de colheres de Café	27-10-2003	1	95.000,00	95.000,00		Regul
22.14	Mocho para Guarda	22-12-2005	1	25.000,00	25.000,00		Regul
22.15	Régua	26-04-2006	8	30.000,00	240.000,00		Regul
22.16	Macaco para Viatura do Presidente	27-09-2004	1	535.000,00	535.000,00		Regul
22.17	Copos Taças	04-09-2003	5	15.000,00	75.000,00		Regul
22.18	Copos Simples	04-09-2003	6	8.000,00	48.000,00		Regul
22.19	Baldes Grande	20-03-2007	2	180.000,00	360.000,00		Regul
22.20	Jaras	20-03-2007	2	30.000,00	60.000,00		Regul
22.21	Jogos de Serviços Chavenas de Chá e Outros)	21-06-2007	1	1.177.000,00	1.177.000,00		Regul
22.22	Jarro Term. Princ 1.5 5340254	25-06-2007	1	600.000,00	600.000,00		Regul
22.23	Impressoras Hp OK	10-11-2006	1	8.018.551,00	8.018.551,00		Mau
22.24	Gerador Electrico	27-07-2006	1	2.788.791,00	2.788.791,00		Regul
22.25	Computadores DELL	10-11-2006	1	9.137.334,00	9.137.334,00		Regul
22.26	Fax	19-06-2006	1	3.496.713,00	3.496.713,00		Regul
22.27	Rato	19-06-2006	1	542.550,00	542.550,00		Regul
22.28	Logiciel MS Office	19-06-2006	1	8.381.812,00	8.381.812,00		Regul
22.29	Ecram de Projecção	19-06-2006	1	5.594.736,00	5.594.736,00		Regul
22.30	Saca para Portatil	19-06-2006	1	1.510.952,00	1.510.952,00		Regul
22.31	Disco Amovivel	19-06-2006	1	2.326.245,00	2.326.245,00		Regul
22.32	Agrafador	03-08-2007	1	190.000,00	190.000,00		Regul
22.33	Furador	03-08-2007	1	280.000,00	280.000,00		Regul
22.34	Placa de rede Linksyswireless card	01-08-2007	10	1.410.000,00	14.100.000,00		Regul
22.35	Placa de rede Linksyswireless card	19-07-2007	1	1.333.000,00	1.333.000,00		Regul
22.36	Extensão	16-08-2007	4	170.000,00	680.000,00		Regul
22.37	PC CARD With Speedbooster	08-11-2007	8	1.480.000,00	1.840.000,00		Regul
22.38	ACCESS POINT	02-07-2007	1	2.386.000,00	2.386.000,00		Regul
22.39	Armario	31-01-2008	2	6.800.000,00	13.600.000,00		Regul
22.40	Baldes para papel de casa de banho	29-01-2008	2	200.000,00	400.000,00		Regul
22.41	Baldes para Lixo	29-01-2008	2	350.000,00	700.000,00		Regul
22.42	Pré-Sinalização(Suzuk-Verde)	13-03-2008	1	250.000,00	250.000,00		Regul
22.43	Toalha de mesa	29-05-2008	1	300.000,00	300.000,00		Regul
22.44	1 Colher ce café	20-08-2009	1	50.000,00	50.000,00		Regul
22.45	Pistolas	08-09-2009	6	9.187.234,50	55.123.407,00		Regul
22.46	Gerador Electrico	11-09-2009	1	503.747.546,86	503.747.546,86		Regul
22.47	PEN DRIVE	08-04-2010	8	480.000,00	3.840.000,00		Regul
22.48	Pen Drive 16GB e 1 memoria DDR4001GB	22-09-2010	1	1.935.000,00	1.935.000,00		Regul
22.49	Aspirador	30-04-2010	1	1.250.000,00	1.250.000,00		Mau
SOMA.....					665.339.639,86		
23 Juiz Conselheiro -Dr. Oscar Aragão - Jubilado							
23.1	Viatura Toyota Prado STP-66-77G	23-11-2006	1	436.129.917,10	436.129.917,10		Bom
23.2	Pré-Sinalização	13-03-2008	1	250.000,00	250.000,00		Regul
23.3	Calculadora 12 digitos visor+apel 2 cores	20-06-2003	1	1.275.000,00	1.275.000,00		Regul
SOMA.....					437.654.917,10		

Código	Crédito	Dotação	Ajustamento	Dotação Ajustada	Execução		
					Parcial	%	Desvio

EXECUÇÃO DO OGE DE 01 DE JANEIRO A 31 DE DEZEMBRO DE 2012

Código	Crédito	Dotação	Ajustamento	Dotação Ajustada	Execução		
					Parcial	% Exec.	Remanescente/Desvio
DESPESA							
3	I) DESPESAS CORRENTES						
31	Despesas com pessoal						
311110	Pessoal Civil do Quadro (Salário base	1.801.810.478,40	300.000.000,00	2.101.810.478,40	1.954.374.457,76	92,99	147.436.020,64
311120	Pessoal Jubilado/ Reformado	180.180.000,00	170.000.000,00	350.180.000,00	265.102.731,00	75,70	85.077.269,00
311230	Pessoal Civil fora do quadro- em regim	220.941.060,00	-	220.941.060,00	184.000.313,27	83,28	36.940.746,73
311310	Décimo Terceiro Mês do P.Civil	-	188.976.767,00	188.976.767,00	188.976.767,60	100,00	0,60
311320	Gratificação Permanente Pessoal (S.F	1.460.774.629,20	-470.000.000,00	990.774.629,20	327.772.711,43	33,08	663.001.917,77
311330	Representação do Pessoal Civil	485.214.444,00	-	485.214.444,00	439.100.547,61	90,50	46.113.896,39
311420	Caracter Reservado- ajuda de custo	485.214.444,00	-	485.214.444,00	431.593.047,61	88,95	53.621.396,39
311490	Outros abonos Numerário do Pes. Civ	2.410.349.014,40	-	2.410.349.014,40	2.093.937.543,58	86,87	316.411.470,82
321000	Contrib. do Empregador p/ S. Social	169.675.303,00	-	169.675.303,00	123.803.320,36	72,96	45.871.982,64
	TOTAL 31	7.214.159.373,00	188.976.767,00	7.403.136.140,00	6.008.661.440,22	81,16	1.394.474.699,78
33	Aquisição de Bens e Serviços						
331	Bens						
331110	Material de Consumo de Secretaria	223.000.000,00	- 99.000.000,00	124.000.000,00	116.361.480,00	93,84	7.638.520,00
331120	Combustível e Lubrificante	502.440.000,00	- 97.268.900,00	405.171.100,00	367.900.000,00	90,80	37.271.100,00
331160	Material Transporte- Peças	23.500.010,00	20.000.000,00	43.500.010,00	35.725.000,00	82,13	7.775.010,00
331190	Outros Bens Cons. Não Duradouros	26.400.000,00	5.000.000,00	31.400.000,00	28.417.000,00	90,50	2.983.000,00
331220	Bens Duradouros	-	-	-	-	-	-
	SOMA	775.340.010,00	-171.268.900,00	604.071.110,00	548.403.480,00	90,78	55.667.630,00
332	Serviços						
332121	Serviço de Comunicação - Recarga	-	78.800.000,00	78.800.000,00	71.800.000,00	91,12	7.000.000,00
332122	Comunicação Recarga - Telf Fixo resi	-	6.000.000,00	6.000.000,00	6.000.000,00	100,00	-
332123	Serviço de Comunicação (Correios)	-	12.468.900,00	12.468.900,00	9.074.200,00	72,77	3.394.700,00
	SOMA	-	97.268.900,00	97.268.900,00	86.874.200,00	89,31	10.394.700,00
3322	Outros Serviços de Terceiros						
332220	Manut. Conservação do Edifício	50.000.000,00	-	50.000.000,00	46.532.749,96	93,07	3.467.250,04
332221	Manut. Conservação do Apar. de Ar Co	85.000.000,00	-	85.000.000,00	77.241.000,00	90,87	7.759.000,00
332222	Manut. Conservação do Equip. Informa	35.000.000,00	-	35.000.000,00	21.670.000,00	61,91	13.330.000,00
332223	Manut. Conservação de Transporte	100.000.000,00	20.000.000,00	120.000.000,00	115.849.000,00	96,54	4.151.000,00
332240	Serviços bancários	50.000.000,00	-10.000.000,00	40.000.000,00	36.477.329,00	91,19	3.522.671,00
	SOMA	320.000.000,00	10.000.000,00	330.000.000,00	297.770.078,96	90,23	32.229.921,04
3324	Encargos C/ Viagens(Deslocações)						
332410	Bilhete Passagem	163.387.000,00	189.962.500,00	353.349.500,00	164.490.748,36	46,55	188.858.751,64
332420	Subsídio de Deslocação	839.566.000,00	-	839.566.000,00	577.584.889,20	68,80	261.981.110,80
	SOMA	1.002.953.000,00	189.962.500,00	1.192.915.500,00	742.075.637,56	62,21	450.839.862,44
TOTAL 33		2.098.293.010,00	125.962.500,00	2.224.255.510,00	1.675.123.396,52	75,31	549.132.113,48
35	Subsídios e Transfer. Correntes						
352610	Transfer. Correntes p/ Org. Intern.	66.295.000,00	-	66.295.000,00	59.060.047,00	89,09	7.234.953,00
353200	Despesa de Caracter Reservado	100.800.000,00	-	100.800.000,00	100.800.000,00	100,00	-
353310	Subsidio habitaci.(renda casa)	-	-	-	-	-	-
353320	Subsidio de Água e Energia	45.600.000,00	-	45.600.000,00	15.000.000,00	32,89	30.600.000,00
353900	Outras Desp. Corr.Divers.-Auditoria	425.000.000,00	-	425.000.000,00	116.447.850,00	27,40	308.552.150,00
	TOTAL 35	637.695.000,00	-	637.695.000,00	291.307.897,00	45,68	346.387.103,00
36	Despesas de Exercícios anteriores						
361000	Despesas ano econ. Fndos	462.485.338,00	64.000.000,00	526.485.338,00	526.437.936,74	99,99	47.401,26
	TOTAL 36	462.485.338,00	64.000.000,00	526.485.338,00	526.437.936,74	99,99	47.401,26
396	Despesas Cambiais						
396000	Regulariz.Saldo das Contas em Divisa	-	-	-	91.647,66	-	91.647,66
	TOTAL 39	-	-	-	91.647,66	-	91.647,66
	I) TOTAL DESPESA CORRENTE	10.412.632.721,00	378.939.267,00	10.791.571.988,00	8.501.622.318,14	78,78	2.289.949.669,86
4	INVESTIMENTO						
41	II) DESPESA DE CAPITAL						
411300	Meios e Equipam de Transporte	416.500.000,00	- 18.838.535,25	397.661.464,75	395.250.000,00	99,39	2.411.464,75
	SOMA 4113	416.500.000,00	- 18.838.535,25	397.661.464,75	395.250.000,00	99,39	2.411.464,75
411400	Maquina e Equipamento	200.000.000,00	362.304.035,25	562.304.035,25	562.304.035,25	100,00	-
	SOMA 4114	200.000.000,00	362.304.035,25	562.304.035,25	562.304.035,25	100,00	-
411500	Software e Estudo	-	31.850.000,00	31.850.000,00	15.925.000,00	-	15.925.000,00
	SOMA 4115	-	31.850.000,00	31.850.000,00	15.925.000,00	-	15.925.000,00
	II) TOTAL DESPESA DE CAPITAL	616.500.000,00	375.315.500,00	991.815.500,00	973.479.035,25	98,15	18.336.464,75
	TOTAL DE DESP. CORRENTE E DE CA	11.029.132.721,00	764.254.767,00	11.793.387.488,00	9.475.101.353,39	80,41	2.308.286.134,61

Despesa							
3	I) Despesas Correntes						
	Vencimentos e Remunerações Perm						
3111	-ANE				-		
3110/ 311	Partic. Emol pess. civil quadro	971.827.200,00	-	971.827.200,00	826.806.213,00	85,08	145.020.987,00
3111 (311)	Partic. Emol pess. Civil Jubilado	93.312.000,00	-	93.312.000,00	86.512.044,00	92,71	6.799.956,00
3112	VENCIMENTOS E REMUNERAÇÕES PERMANENTE	-	-	0,00	-		-
	Pessoal Civil						
3120/3112	Contratado-especialista	12.000.000,00	-	12.000.000,00	-	0,00	12.000.000,00
3121/3112	Contratação pessoal não qualificado	19.200.000,00	-	19.200.000,00	-	0,00	19.200.000,00
311310 33	Décimo Terceiro Mês do P.Civil	91.361.600,00	-	91.361.600,00	65.599.810,00	71,80	25.761.790,00
	SOMA 31	1.187.700.800,00		1.187.700.800,00	978.918.067,00	82,42	208.782.733,00
	Aquisição de Bens e Serviços						-
331	Bens						-
3311	Bens Consumo não Duradouros	-	-	-	-		-
331110	Material de Consumo de Secretaria	-	-	-	-		-
331120	Combustível e Lubrificante	50.000.000,00	-	50.000.000,00	-		50.000.000,00
331160	Material	20.000.000,00	-	20.000.000,00	-		20.000.000,00
331161	Transporte- Peças Deslocação no Interior do País	120.000.000,00	-	120.000.000,00	-		120.000.000,00
331190	Outros Bens Cons. Não Duradouros	5.000.000,00	421.935,00	5.421.935,00	5.421.935,00	100,00	-
3312	Bens Consumo Duradouros	-	-	-	-		-
331210	Bens Duradouros de Especialidade	5.000.000,00	421.935,00-	4.578.065,00	1.600.000,00	34,95	2.978.065,00
331290	Outros Bens Duradouros	5.000.000,00	-	5.000.000,00	280.000,00	5,60	4.720.000,00
332							
	SOMA331	205.000.000,00	-	205.000.000,00	7.301.935,00	3,56	197.698.065,00
	Serviços						-
332110	Serviço de Água e Energia				-		-
332121	Serviço de Comunic- Recarga				-		-
332122	Serviço de Comunic- L.fixa/fax				-		-
332123 (3)	Serviço de Comunic- Correios				-		-
3322							-
	SOMA						-
	Outros Serviços de Terceiros	0,00					-
332121	Serviço de Comunicação - Recarga	57.000.000,00	-	57.000.000,00	-	-	57.000.000,00
332220	Manut. Conservação do Edifício	0,00	-	-	-		-
332221	Manut. Conservação do Apar de Ar Cond.	0,00	-	-	-		-
332222	Manut. Conservação do Equip. Informático	0,00	-	-	-		-
332223	Manut. Conservação de Transporte	10.000.000,00	-	10.000.000,00	3.790.000,00	37,90	6.210.000,00
332240	Serviços bancários	3.000.000,00	5.945.928,79	8.945.928,79	8.945.928,79	100,00	-
332250	Representação dos serviços	0,00	1.050.000,00	1.050.000,00	1.050.000,00	100,00	-
332260	Auditoria as contas	10.000.000,00	-	10.000.000,00	-	0,00	10.000.000,00

	T. contas							
	Encargos C/ Viagens (Desloca- ções)	0,00	-	-	-	-	-	-
332430	Missão no Exterior	300.000.000,00	-	293.004.071,21	117.477.568,90	40,09	175.526.502,31	
			6.995.928,79					
332440	Formação	136.027.813,54	-	136.027.813,54	-	0,00	136.027.813,54	
332450	Actividades do Aniversário	40.000.000,00	-	40.000.000,00	31.234.250,00	78,09	8.765.750,00	
332460 35	Publicação do Relatório T. Contas	10.000.000,00	-	10.000.000,00	6.869.500,00	68,70	3.130.500,00	
	SOMA332	566.027.813,54	-	566.027.813,54	169.367.247,69	29,92	396.660.565,85	
	Total 33	771.027.813,54	-	771.027.813,54	176.669.182,69	22,91	594.358.630,85	
	Subsídios e Transfer. correntes	-	-	-	-	-	-	
352620	Transferência para fundo social	32.000.000,00	-	32.000.000,00	0,00	0,00	32.000.000,00	
353340 36	Ensino e Formação Interna	18.000.000,00	-	18.000.000,00	0,00	0,00	18.000.000,00	
	Total 35	50.000.000,00	-	50.000.000,00	-	-	50.000.000,00	
	Despesas de Exercícios anteriores	-	-	-	-	-	-	
361000 38	Despesas ano econ. Findos	258.376.150,00	-	258.376.150,00	185.130.445,00	71,65	73.245.705,00	
	SOMA 36	258.376.150,00	-	258.376.150,00	185.130.445,00	71,65	73.245.705,00	
	Contratação pessoal especializado	-	-	-	-	-	-	
381111	Material consumo secretaria	10.000.000,00	-	10.000.000,00	-	0,00	10.000.000,00	
382211 39	Contratação pessoal especializado	40.000.000,00	-	40.000.000,00	-	0,00	40.000.000,00	
396000 4								
	SOMA 38	50.000.000,00	-	50.000.000,00	-	0,00	50.000.000,00	
	Despesas Cambiais							
	Despesas Cambiais				460.190,94		460.190,94-	
	SOMA 39				460.190,94		460.190,94-	
	I) TOTAL DESPESA CORRENTE	2.317.104.763,54	-	2.317.104.763,54	1.341.177.885,63	57,88	975.926.877,91	
	INVESTIMENTO II) DESPESA DE CAPITAL							
41	Meios e Equipamento de Transporte	1.116.000.000,00	-	1.116.000.000,00	-	-	1.116.000.000,00	
411300								
	SOMA 41	1.116.000.000,00	-	1.116.000.000,00	-	-	1.116.000.000,00	
	II) TOTAL DESP. DE CAPITAL	1.116.000.000,00	-	1.116.000.000,00	-	-	1.116.000.000,00	
	TOTAL GERAL	3.433.104.763,54	-	3.433.104.763,54	1.341.177.885,63	39,07	2.091.926.877,91	

1. Introdução

As Entidades carecem de um seguimento adequado e devem ser diagnosticadas de forma que as demonstrações financeiras e demais documentos traduzam as actividades realizadas num determinado período e de acordo com os objectivos a atingir e no contexto em que se encontram inseridas.

O registo das actividades desenvolvidas deve ser objecto de prestação de contas às entidades competentes de forma a avaliar a sua situação económica e financeira, certificando a integridade e a sua fiabilidade.

A lei n.º 3/99, de 20 de Agosto criou a Lei Orgânica do Tribunal de Contas, como órgão supremo e independente de controlo da legalidade das receitas e despesas públicas, julgamento de contas, jurisdição e controlo financeiro ao abrigo do n.ºs 2 e 4 do artigo 1.º e artigo 2.º da referida Lei Orgânica.

O artigo 79.º do Regulamento Interno do Tribunal de Contas faz referência a elaboração de um relatório de actividades desenvolvidas anualmente por essa Instituição e os seus serviços de apoio, onde consta em anexo o relatório de auditoria às contas do Tribunal de Contas, incluindo o parecer do Auditor.

É nesse contexto que Lima & Costa Lda. realizou auditoria financeira às contas do Tribunal de Contas, referente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012, em que expressamos a nossa opinião sobre a

Quadro II - Evolução das receitas 2012 - 2011

fiabilidade e integridade das demonstrações financeiras no período acima referido.

No decorrer dos nossos trabalhos, independentemente da verificação e certificação das contas referentes ao exercício económico de 2012, as nossas constatações e recomendações vão no sentido de melhorar a realização das operações e, conseqüentemente, apoiar com mais eficácia a gestão do Tribunal de Contas.

2. Orçamento

O Orçamento pode ser definido como uma previsão, em regra anual, por uma Instituição, das despesas a realizar e dos processos de cobri-las (fontes de financiamento), incorporando a autorização concedida pelo Órgão de Administração.

De acordo com o exame feito às demonstrações financeiras, constatou-se que para o exercício de 2012, o Tribunal de Contas tinha inicialmente previsto para o seu orçamento da parte do OGE, o montante de STD 11 029 132 721 00, durante o exercício em causa, foi feito um reajuste no valor de STD 754 254 767 00, pelo que o valor total recebido foi de STD 11 783 087 388 00. Dos fundos provenientes do Cofre, foi orçado em STD 3 433 104 763 54, tendo sido arrecadado STD 1 284 648 187 36.

As fontes do financiamento para as actividades realizadas estão estruturadas de acordo com o quadro I como se segue:

Quadro I - Composição do Orçamento do Tribunal de Contas		
Origem dos Fundos	2012	%
Saldo transitado de 2011 - OGE	262.235.005,95	1,79%
OGE Orçamento 2012	11.783.087.388,00	80,44%
Saldo transitado de 2011 - Cofre	1.317.601.679,56	9,00%
Cofre do Tribunal 2012	1.284.648.187,36	8,77%
Total	14.647.572.260,87	100,00%

Valores em STD

Fonte 1: Relatório e contas do exercício de 2012.

Fonte 2: Anexo I – Dotações e suplementos recebidos do OGE em 2012.

Fonte 3: Anexo 2 – Mapa das receitas do Cofre referente ao ano 2012.

De todo o montante disponível, ou seja, dos STD 14 647 572 260 87, os fundos do Tesouro Público participaram com 82,23% e os do Cofre do Tribunal com 17,77%.

Pretende-se com o quadro II confrontar as dotações recebidas pelo Tribunal entre 2011 e 2012, de forma a verificar as alterações.

Origem dos Fundos	Receitas		
	2012	2011	2011-2012
OGE	12.045.322.394	6.360.483.573	89,38%
Saldo transitado	262.235.005,95	34.692,94	755774,27
OGE	11.783.087.388,00	6.360.448.880,00	85,26%
Cofre do Tribunal	2.602.249.867	8.178.998.722	-68,18%
Saldo Transitado	1.317.601.679,56	7.559.632.611,21	-82,57%
Emolumentos cobrados	1.221.978.131,00	180.316.393,03	577,69%
	0,00	407.496.035,08	0,00%
Outros	62.670.056,36	31.553.682,82	98,61%
Total	14.647.572.260,87	14.539.482.295,00	0,74%

Fonte 1: Relatório e Contas do Exercício de 2012. Fonte 2: Anexo I-Dotações e Suplementos recebidos do OGE em 2012.

(*): De acordo com o Quadro de Demonstração da Situação Financeira em 31-12-2012.

(**): NH - Não houve juros em 2012

Deste modo, constata-se que, em relação ao período homólogo, houve um aumento significativo de 89,38% dos fundos concedidos pelo OGE, enquanto os fundos do Cofre tiveram uma diminuição expressiva em 68,18%. Não obstante ter havido oscilações acentuadas nas concessões, quer por parte do OGE (aumento) quer do Cofre (redução), a diferença pelo montante total não foi substancial, ou seja, um aumento de apenas 0,74%.

Relativamente ao financiamento das despesas, constatou-se que as actividades realizadas durante o exercício de 2012 foram cobertas em 87,60% pelos fundos provenientes do OGE e 12,40% com fundos próprios do Tribunal, conforme quadro III abaixo:

QUADRO III - ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO DAS DESPESAS							
Código	DESCRIÇÃO	OGE	%	COFRE	%	TOTAL 2012	% TOTAL DESPESAS
3.1	Despesas com Pessoal	5.884.858.119,86	62,11%	978.918.067,00	72,99%	6.863.776.186,86	63,46%
3.2	Contribuições do Empregador	123.803.320,36	1,31%	0,00	0,00%	123.803.320,36	1,14%
3.3	Despesas com Bens e Serviços	1.675.123.396,52	17,68%	176.669.182,69	13,17%	1.851.792.579,21	17,12%
3.5	Subsídio e Transferências Correntes	291.307.897,00	3,07%	0,00	0,00%	291.307.897,00	2,69%
3.6	Despesas de exercícios anteriores	526.437.936,74	5,56%	185.130.445,00	13,80%	711.568.381,74	6,58%
3.9	Despesas cambiais	91.647,66	0,00%	460.190,94	0,03%	551.838,60	0,01%
4.1	Investimentos	973.479.035,25	10,27%	0,00	0,00%	973.479.035,25	9,00%
TOTAL		9.475.101.353,39	100,00%	1.341.177.885,63	100,00%	10.816.279.239,02	100,00%
% PARTICIPAÇÃO		OGE	87,60%	COFRE	12,40%		

Fonte 1: Mapa de Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro 2012.

Valores em STD

Fonte 2: Relatório e Contas do Exercício de 2012.

Fonte 3: Anexo 8-Mapa de Controle de Execução Orçamental do Cofre referente ao ano de 2012..

Fonte 4: Anexo 10-Mapa de Controle de Execução Orçamental do OGE referente ao ano de 2012.

As despesas com o pessoal apresentaram uma maior expressão com 64,60% face ao total das despesas efectuadas durante o exercício. As despesas com Bens e Serviços e Investimento merecem também destaque, pois constituíram 17,12% e 9,00% respectivamente das despesas realizadas.

3. Execução Orçamental

A execução orçamental consubstancia-se na permanente gestão anual dos fluxos financeiros, ou seja, na realização das despesas dentro das balizas fixadas pelo orçamento.

Em resultado de consulta e análise aos documentos que suportaram a execução das despesas, procedeu-se ao sumário pelo total das categorias conforme o quadro abaixo:

QUADRO IV - EXECUÇÃO ORÇAMENTAL						
Código	DESCRIÇÃO	OGE	COFRE	TOTAL 2012	% TOTAL DESPESAS	Δ 2011-2012
3.1	Despesas com Pessoal	5.884.858.119,86	978.918.067,00	6.863.776.186,86	63,46%	-22,79%
3.2	Contribuições do Empregador	123.803.320,36	0,00	123.803.320,36	1,14%	-0,57%
3.3	Despesas com Bens e Serviços	1.675.123.396,52	176.669.182,69	1.851.792.579,21	17,12%	-17,55%
3.5	Subsídio e Transferências Correntes	291.307.897,00	0,00	291.307.897,00	2,69%	37,11%
3.6	Despesas de exercícios anteriores	526.437.936,74	185.130.445,00	711.568.381,74	6,58%	58,04%
3.9	Despesas cambiais	91.647,66	460.190,94	551.838,60	0,01%	-99,79%
4.1	Investimentos	973.479.035,25	0,00	973.479.035,25	9,00%	26,56%
TOTAL		9.475.101.353,39	1.341.177.885,63	10.816.279.239,02	100,00%	-16,54%

Fonte 1: Mapa de Gerência de 01 de Janeiro a 31 de Dezembro 2012.

Fonte 2: Relatório e Contas do Exercício de 2012.

Fonte 3: Anexo 8-Mapa de Controlo de Execução Orçamental do Cofre referente ao ano de 2012.
 Fonte 4: Anexo 10-Mapa de Controlo de Execução Orçamental do OGE referente ao ano de 2012.
 Fonte 5: Mapa de Controlo de Execução Orçamental do OGE referente ao ano de 2011.
 Fonte 6: Mapa de Controlo de Execução Orçamental do COFRE referente ao ano de 2011.

Relativamente ao exercício transacto, as despesas realizadas diminuíram em 16,5%. Com base na comparação efectuada entre as despesas do ano em análise (2012) e do ano precedente, verificou-se que houve reduções, quer nas despesas com pessoal (22,79%), quer nas despesas com Bens e Serviços (17,55%). A fiscalização às despesas e o seu seguimento garantem averiguar se cada uma das despesas realizadas esteja prevista no orçamento e se cabe na respectiva dotação. É, pois com esse objectivo que após examinar os suportes às despesas, foi esboçado os quadros V e VI como se seguem:

QUADRO V - COMPORTAMENTO ORÇAMENTAL OGE					
Código	DESCRIÇÃO	REALIZADO	ORÇAMENTADO	REMANESCENTE	%
3.1	Despesas com Pessoal	5.884.858.119,86	7.233.460.837,00	1.348.602.717,14	81,16%
3.2	Contribuições do Empregador	123.803.320,36	169.675.303,00	45.871.982,64	72,96%
3.3	Despesas com Bens e Serviços	1.675.123.396,52	2.224.255.510,00	549.132.113,48	75,31%
3.5	Subsídio e Transferências Correntes	291.307.897,00	637.695.000,00	346.387.103,00	45,68%
3.6	Despesas de exercícios anteriores	526.437.936,74	526.485.338,00	47.401,26	99,99%
3.9	Despesas cambiais	91.647,66	0,00	-91.647,66	-
4.1	Investimentos	973.479.035,25	991.815.500,00	18.336.464,75	98,15%
TOTAL		9.475.101.353,39	11.783.387.488,00	2.308.286.134,61	80,41%

No quadro V está representado o total das despesas financiadas pelo OGE e o respectivo montante previsto pelo Orçamento. Pode-se verificar que à excepção da rubrica de «Subsídio e Transferências Correntes» que ficou abaixo dos 50% da sua dotação, todas as outras rubricas absorveram em mais de 75% do que foi dotado. No geral do montante orçado pelo OGE, cerca de 80% foram aplicados à execução das despesas.

O quadro VI apresenta o total das despesas financiadas pelos fundos do Cofre e os montantes orçados para o exercício. As despesas com o pessoal absorveram 82,42% da sua dotação, as despesas realizadas com Bens e Serviços foi 22,91 % do orçado e as despesas de exercícios anteriores atingiu 71,65%. Os fundos próprios do Tribunal foram realizados 39,07% do total do orçamento.

QUADRO VI - COMPORTAMENTO ORÇAMENTAL COFRE					
Código	DESCRIÇÃO	REALIZADO	ORÇAMENTADO	REMANESCENTE	%
3.1	Despesas com Pessoal	978.918.067,00	1.187.700.800,00	208.782.733,00	82,42%
3.3	Despesas com Bens e Serviços	176.669.182,69	771.027.813,54	594.358.630,85	22,91%
3.5	Subsídio e Transferências Correntes	0,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00%
3.6	Despesas de exercícios anteriores	185.130.445,00	258.376.150,00	73.245.705,00	71,65%
3.8	Contratação pessoal especializado	0,00	50.000.000,00	50.000.000,00	0,00%
3.9	Despesas cambiais	460.190,94	0,00	-460.190,94	-
4.1	Investimentos	0,00	1.116.000.000,00	1.116.000.000,00	0,00%
TOTAL		1.341.177.885,63	3.433.104.763,54	2.091.926.877,91	39,07%
FUNDO DESBLOQ/ COFRE			2.602.249.866,92	1.261.071.981,29	51,54%

Fonte 1: Anexo 8-Mapa de Controlo de Execução Orçamental do Cofre referente ao ano de 2012.
 Fonte 2: Relatório e Contas do Exercício de 2012.

O quadro VI apresenta o total das despesas financiadas pelos fundos do Cofre e os montantes orçados para o exercício. As despesas com o pessoal absorveram 82,42% da sua dotação, as despesas realizadas com Bens e Serviços foi 22,91 % do orçado e as despesas de exercícios anteriores atingiu 71,65%. Os fundos próprios do Tribunal foram realizados 39,07% do total do orçamento.

4. Situação financeira

As informações sobre a situação financeira do Tribunal de Contas, em 31 de Dezembro de 2012, foram as seguintes:

QUADRO VII - SITUAÇÃO FINANCEIRA E CONTA DE GERÊNCIA			
DESCRIÇÃO	PARCIAL	TOTAL	TOTAL GERAL
A - ORIGEM DOS FUNDOS			
A.1. OGE			
Saldo inicial da conta corrente	262.235.005,95	262.235.005,95	
Transferência corrente de Fundo - Tesouro	11.783.087.388,00		
		11.783.087.388,00	
A.2. COFRE			
Saldo inicial da conta corrente	1.317.601.679,56		
Saldo inicial da conta a prazo - STD	0,00		
Saldo inicial da conta a prazo - USD	0,00		
		1.317.601.679,56	
Emolumentos	1.221.978.131,00		
Juros de Aplicações Bancárias	0,00		
Outros	62.670.056,36	1.284.648.137,36	
TOTAL ORIGEM			14.647.572.260,87
B - DESPESAS ELEGÍVEIS REALIZADAS:			
B.1. OGE			
Despesas com Pessoal	5.884.858.119,86		
Contribuições do Empregador	123.803.320,36		
Despesas com Bens e Serviços	1.675.123.396,52		
Subsídios e Transferências Correntes	291.307.897,00		
Investimentos	973.479.035,25		
Despesas de exercícios anteriores	526.437.936,74		
		9.475.009.705,73	
B.2. Despesas através do COFRE			
Despesas com Pessoal	978.918.067,00		
Despesas com Bens e Serviços	176.669.182,69		
Despesas de exercícios anteriores	185.130.445,00	1.340.717.694,69	
Perdas Cambiais	551.838,60	551.838,60	
TOTAL DESPESAS			10.816.279.239,02
B - SALDO A TRANSITAR:			
Saldo do OGE - Conta Corrente	2.314.716.714,43		
Saldo do COFRE - Conta Corrente	516.576.307,42		
Saldo da conta a prazo COFRE - STD	1.000.000.000,00		
Saldo da conta a prazo - USD	0,00	3.831.293.021,85	
Saldo da conta de Gerência em 31-12-2012			3.831.293.021,85
SALDO FINAL A SER TRANSFERIDO PARA 2013			3.831.293.021,85

Fonte 1: Anexo 4-Quadro de Demonstração da Situação Financeira em 31-12-2012.

Fonte 2: Relatório e Contas do Exercício de 2012.

Valores em STD

4. Inventário de Bens Imobilizados

O quadro VIII apresenta os valores equivalentes aos bens imobilizados em 31 de Dezembro de 2012, estando repartido da seguinte forma:

QUADRO VIII - INVENTÁRIO DO TRIBUNAL DE CONTAS		
Nº de Ordem	LOCALIZAÇÃO	Custo Histórico a 31/12/2012
1	Gabinete do Presidente	571.357.558,53
2	Gabinete do Juíz Conselheiro (B.A)	769.336.006,72
3	Gabinete do Juíz Conselheiro (J.A)	788.171.760,06
4	Gabinete da Secretária	763.382.119,86
5	Gabinete do Procurador	55.335.273,57
6	Sala de Reunião	75.222.878,52
7	Diretor do Gabinete do Presidente	380.020.307,38
8	Sala da Secretária/Assessores	89.194.823,65
9	Recepção/Presidente	9.255.374,55
10	Segurança	99.064.766,23
11	Chefe de Repartição Administrativa	289.615.408,55
12	Serviço Administrativo I	94.693.792,00
13	Serviço Administrativo II	108.503.412,40
15	Chefe de Repartição de Fiscalização Prévia	66.858.069,80
16	Repartição de Fiscalização Prévia	198.079.421,32
17	Chefe de Repartição de Fiscalização Sucessiva	71.719.708,55
18	Repartição de Fiscalização Sucessiva	221.812.315,21
19	Gabinete Informático	264.737.783,27
20	Imprensa	18.851.241,00
21	Sala Audiência e Julgamento	223.088.148,63
22	Outros	665.339.639,86
23	Juíz Conselheiro jubilado	437.654.917,10
24	Juíz Conselheiro jubilado	417.963.651,00
25	Equipamentos avariados	563.363.744,71
	TOTAL	7.242.622.122,48

Fonte 1: Anexo 5: Inventário do Tribunal de Contas em 31-12-2012.

Valores em STD

Fonte 2: Anexo 6: Mapa das Amortizações dos Equipamentos em 31-12-2012.

O custo histórico de bens totaliza STD 7 242 622 122 48. O Mapa de amortizações evidencia o total de STD 160 423 034,19. Essa diferença de STD 82 199 088,29 provém de bens consumíveis que se encontram no mapa de amortizações e que foram retirados.

6. Parecer do Auditor

Introdução

1. Examinámos os documentos de prestação de contas do Tribunal de Contas, as quais compreendem o mapa de prestação de Conta de Gerência, Relatório e seus anexos, evidenciando o valor disponível nesse exercício de STD 14 647 572 26087, sendo o total das despesas realizadas no valor 10 816 279 239 02 STD, transitando para 2013 o saldo de 3 831 293 021 85 STD.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Tribunal de Contas a preparação das demonstrações do relato financeiro, de acordo com o referencial contabilístico aplicável.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseado o nosso exame no mapa de prestação de Conta de Gerência e do relatório de contas do exercício de 2012 desta Instituição.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normais Internacionais do IFAC (*International Federation of Accountants*), as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança comedido sobre se as demonstrações de relatos financeiros estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - A verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes no mapa da Conta de Gerência e Relatório, baseados em juízos de critérios definidos pelo Tribunal de Contas, utilizados na sua preparação;
 - A apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - A apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das Contas de Gerência.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância do Relatório de exercício em análise com o mapa de Contas de Gerência.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base razoável para expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, o mapa de apresentação de contas de gerência relata de forma apropriada e adequada as despesas e receitas executadas por parte do Tribunal de Contas e espelha igualmente todas as receitas provenientes do Orçamento Geral do Estado (OGE).

Relatório de Contas

8. É também da nossa opinião que as informações constantes no relatório de contas estão em concordância com o mapa da Conta de Gerência.

Ênfases

9. Sem afectar a nossa opinião expressa no ponto n.º7, chamamos atenção para situações seguintes:
 - a) A não existência do Manual de Procedimentos administrativos e financeiros, recomendados pelas auditorias anteriores.
 - b) Os bens imobilizados não se encontram ainda codificados.
 - c) De acordo com o Mapa de Inventário existem equipamentos em estado de conservação «Avariado» que já deveriam ter sido eliminados do inventário se forem tidos em conta a sua data de aquisição.

Recomendações

10. Perante o que descrevemos nas alíneas a), b) e c) do parágrafo 9, recomendamos o seguinte:
 - a) Proceder a elaboração do manual de procedimentos administrativos e financeiros;
 - b) Ultime a codificação dos bens da Instituição;
 - c) Proceder a abates dos bens inoperantes na Instituição;

São Tomé, 27 Maio de 2013.